

AUTORES*



REVISTA DA SPA - SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES * n.º 40 * JANEIRO/MARÇO DE 2014

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

* SEM AUTORES NÃO HÁ CULTURA

• HOMENAGENS

- > EVOCAÇÃO DE ARY DOS SANTOS
- > 50 ANOS DE "GRÂNDOLA"

• DISTINGUIDO COM PRÉMIO PEDRO OSÓRIO

PEDRO ABRUNHOSA

"A MÚSICA É UM CATALISADOR DE PAZ"



• SEMINÁRIO EM LISBOA DEBATE COOPERAÇÃO COM LUSOFONIA

- > PROJECTO OMPI/SPA RECEBE APOIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



• ENTREVISTA CARLOS CORREIA: O MULTIMÉDIA E O TEATRO

• JOSÉ JORGE LETRIA ASSUME PRESIDÊNCIA DO COMITÉ EUROPEU DA CISAC EM ABRIL. •

O QUE É A SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES?

A Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) é uma cooperativa de direito privado, sem fins lucrativos, com reconhecida utilidade pública, criada para a gestão colectiva do direito de autor, que actua nos termos do artigo 73.º do CDADC e dos seus estatutos.

A SPA gere as obras e actua na defesa dos direitos dos autores que nela se inscreveram enquanto membros ou que representa mediante contratos de representação recíproca celebrados com entidades congéneres estrangeiras.

A declaração de uma obra na SPA permite, nomeadamente, a sua gestão, a defesa - extrajudicial e/ou judicial - dos direitos patrimoniais e morais dos autores que a SPA representa e a cobrança e distribuição dos direitos gerados pela sua utilização junto dos mais diversos utilizadores, nacionais ou estrangeiros.

QUEM REPRESENTA

A SPA representa os autores portugueses de todas as disciplinas literárias e artísticas, seus sucessores e cessionários, que nela se

acham inscritos, cujo número hoje se eleva a cerca de 23 000. Representa ainda os autores, sucessores e cessionários inscritos em perto de 200 sociedades congéneres existentes em cerca de 90 países de todos os continentes, com as quais a SPA mantém relações contratuais recíprocas, e cuja lista pode ser consultada no portal da SPA – www.spautores.pt.

FUNÇÕES DA SPA

- Autoriza a utilização das obras dos titulares de direitos de autor que representa (nacionais e estrangeiros, quer sejam autores, seus sucessores ou cessionários).
- Fixa as condições dessa utilização.
- Cobra os direitos correspondentes a essa utilização.
- Distribui os montantes cobrados, após dedução das comissões, pelos titulares dos respectivos direitos.
- Complementarmente, desempenha funções de carácter social, cultural e mutualista.

SÓ NA SPA E COM A SPA O AUTOR TERÁ OS SEUS DIREITOS E INTERESSES PROTEGIDOS.

SE É AUTOR DE CANÇÕES, REALIZADOR DE CINEMA OU ARGUMENTISTA, ESCRITOR, DRAMATURGO, ENCENADOR OU CENÓGRAFO, CRIADOR DE ARTES VISUAIS, COREÓGRAFO, AUTOR DE NOVAS DISCIPLINAS DE CRIAÇÃO,

JUNTE-SE A NÓS
TORNE-SE SÓCIO DA SPA

PARA SE FAZER MEMBRO

Para se tornar membro da SPA é necessário preencher o formulário existente para o efeito, tendo em conta os elementos/documentos necessários e enviá-los via CTT ou entregando-os pessoalmente na nossa sede.

Encontra os formulários no site www.spautores.pt no Atendimento Online/Formulários.

Horário do Atendimento:

De 2.ª a 6.ª-feira das 08h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h00

Morada:

Rua Gonçalves Crespo n.º 62 - Lisboa

DECLARAÇÃO DE OBRAS

1 - Uma obra só pode ser declarada quando já gerou direitos ou tem assegurada uma próxima geração de direitos. Neste último caso, a declaração só será definitiva quando houver informação da sua primeira utilização - note-se que, por lei, a primeira utilização de uma obra só pode ser realizada com autorização do(s) autor(es).

2 - É indispensável que a declaração contenha as assinaturas de todos os autores ou detentores de direitos. Isto porque, para além de outras razões, a percentagem de direitos a distribuir por cada um tem de estar correctamente autenticada.

3 - No caso de obras musicais, é indispensável a música escrita (pode ser só melodia e cifra) ou, em sua vez, uma gravação.

CONSULTAR MAIS PORMENORES EM WWW.SPAUTORES.PT

NOTÍCIAS PORTUGAL MUSIC EXPORT CONTINUA ESQUECIDO; SEC GARANTE NOTÍCIAS SOBRE CÓPIA PRIVADA	04
PROTOCOLOS FCL; PGR ; RTP (GALA)	06
ENTREVISTA CARLOS CORREIA FALA DE MULTIMÉDIA E TEATRO	08
DESTAQUE ACÓRDÃO DO SUPREMO SOBRE DIREITOS DE AUTOR	10
DOSSIÊ SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO DE AUTOR NA LUSOFONIA; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APOIAM PROJECTO SPA/OMPI; MEDALHA DE HONRA PARA XANANA GUSMÃO	12
HOMENAGENS EVOCAÇÃO DE ARY: 50 ANOS DE "GRÃNDOLA"	18
PRÉMIOS PRÉMIO PEDRO OSÓRIO A PEDRO ABRUNHOSA	19
ZOOM LIVRO NOVA COLEÇÃO SPA SOBRE EDUARDO LOURENÇO	20
INTERNACIONAL NOMEAÇÃO DE JOSÉ JORGE LETRIA PARA PRESIDENTE DO COMITÉ EUROPEU DA CISAC; SPA INDIGNADA COM COMISSÃO EUROPEIA; SPA REÚNE EM MADRID COM SGAE E VEGAP	22
OBITUÁRIO PESAR PARA NADIR AFONSO; EUSÉBIO; PACO DE LUCÍA	26
AUTORES MAIS PARCERIAS DA SPA COM EMPRESAS	27

Uma estratégia consistente para enfrentar a dureza da crise

Apesar da magnitude das dificuldades e desafios que actualmente se lhe deparam, a SPA tem vindo a encontrar as soluções e as respostas que lhe permitam atenuar o impacto da crise que afecta o país e os autores de uma forma evidente e preocupante.

Às dificuldades que já resultavam da própria dimensão económica, financeira e social da crise, veio somar-se o inexplicável vazio legislativo com que o Governo tem "presentado" os autores e ainda o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que pretende vedar à SPA a possibilidade de cobrar, na área da restauração, os direitos correspondentes à emissão de música difundida por canais de televisão e amplificada para o público frequentador daqueles espaços comerciais. Tratou, de imediato, a SPA de orientar as suas delegações em todo o País no sentido de continuarem a efectuar aquelas cobranças, tendo em conta que este acórdão, que se refere ao caso concreto de um bar no Norte de Portugal, tem basicamente valor jurisprudencial, não revogando a lei, que, sobre esta matéria, permanece em vigor.

Por outro lado, a SPA contactou os organismos internacionais do direito de autor, tendo recebido o expressivo apoio de numerosas sociedades de autores europeias. Considera a SPA que, por este motivo, existe matéria para suportar uma acção contra o Estado português nos tribunais europeus.

Registe-se ainda o facto de a RTP ter anunciado à SPA que não estava disponível para realizar a Gala do Prémio Autor em 2014, impedimento que não foi suficiente para que desistíssemos de atribuir os prémios anuais com a habitual dignidade, embora sem que tal aconteça numa Gala, acto que será substituído por uma cerimónia no Salão Nobre de Lisboa, no dia 8 de Maio próximo.

Não chegam estas contrariedades para que a SPA se desvie do rumo estratégico que traçou, averbando, por outro lado, êxitos que poderão ser decisivos para o seu futuro. É disso exemplo o modo como está a cumprir-se o programa concebido para o espaço lusófono e que conta com o patrocínio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Ao longo deste ano, outros objectivos serão cumpridos, em conformidade com um plano de modernização e reestruturação da cooperativa, a ser concretizado de forma progressiva e sustentada e cuja efectivação exige coesão interna, a unidade dos autores e o reforço da capacidade negocial, da visibilidade e do prestígio da SPA, tanto a nível nacional como internacional. Saliente-se, a esse nível, o facto de o presidente da SPA ter sido convidado pelo director-geral da CISAC para assumir, a partir do final de Abril, a presidência do Comité Europeu daquela confederação mundial.

*A Direcção e o Conselho de Administração
Março de 2014*

*a nossa casa
a nossa causa*



FICHA TÉCNICA N.º 40 JANEIRO/MARÇO DE 2014

PROPRIEDADE Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé, 31, 1069-153 Lisboa | Telf. 213 594 400 | Fax 213 530 257 | NIF 500 257 841
| E-mail geral@spautores.pt | Site www.spautores.pt | DIRECTOR José Jorge Letria DIRECÇÃO EXECUTIVA E COORDENAÇÃO José Jorge Letria EDITORA
Edite Esteves edite.esteves@spautores.pt TEXTOS Administração e Direcção da SPA, Edite Esteves (EE) e José Jorge Letria FOTOGRAFIA Arquivo da SPA,
Alfredo António, DR, Fotos de Divulgação e Inácio Ludgero ILUSTRAÇÃO António Casimiro DESIGN E PRODUÇÃO Unidade Soluções Comerciais
Multimédia da Controlinveste PERIODICIDADE Trimestral. Esta publicação é de distribuição gratuita com o jornal *Diário de Notícias* e não pode ser vendida
separadamente. Os textos desta edição da revista AUTORES não obedecem ao novo Acordo Ortográfico.

QUALIDADE DE RESPOSTA DA SPA REGISTA AUMENTO

MELHOR ATENDIMENTO COM MENOS RECURSOS Na sequência das melhorias introduzidas na área do Atendimento, entre as quais se destacam o alargamento do horário de funcionamento, um acompanhamento cada vez mais personalizado e o acesso *online* às contas, a Administração da SPA verificou que “houve um assinalável aumento da qualidade de resposta deste serviço, o qual se traduziu num crescente grau de satisfação por parte de cooperadores e beneficiários”. Assim, em 2013, o número de operações de atendimento efectuadas com recurso a meios electrónicos e linha telefónica foi de 30 860, um registo significativamente superior ao do ano anterior. “Esta aposta estratégica tem vindo a possibilitar uma diminuição do número de atendimentos presenciais, o que permite uma redução de custos e do consumo de recursos, existindo já hoje um menor número de colaboradores naquele departamento”, referiu o Conselho de Administração num comunicado datado de 14 de Fevereiro, o qual sublinha ainda que a referida aposta “possibilita também um aumento da rapidez na resposta e um maior e mais qualitativo acompanhamento de quem se desloca às instalações da SPA”. A Administração congratula-se assim com esta melhoria, afirmando estar “empenhada em manter um serviço de excelência nesta área fundamental da relação dos autores com a sua cooperativa”.



PLANO E ORÇAMENTO DA SPA APROVADOS

COM UMA DAS MAIORES VOTAÇÕES DE SEMPRE O Plano e o Orçamento da SPA para o ano de 2014 foram aprovados em assembleia geral ordinária, no dia 23 de Dezembro último, com, respectivamente, 181 votos a favor e 8 abstenções, 178 votos a favor e 9 abstenções, não se tendo registado qualquer voto contra. Tratou-se de uma das maiores votações de sempre dum Plano e Orçamento registada na SPA. “A cooperativa dispõe, assim, de um instrumento de trabalho fundamental para a gestão de 2014, que a gravidade da crise que o País enfrenta faz prever que seja de grandes dificuldades, desde logo pela ausência de legislação que proteja os autores e os seus direitos”, comentou o Conselho de Administração num comunicado divulgado no dia 25 de Dezembro. Os cooperadores presentes naquela assembleia geral repudiaram o recente Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, que, “vedando inexplicavelmente a possibilidade de cobrança na área da execução pública em estabelecimentos de restauração de todo o País, deixa a SPA numa situação bastante precária”, alerta aquela nota. Acrescenta, no entanto, que “foi sublinhado que este acórdão tem essencialmente valor jurisprudencial e que a Lei que rege estas situações se mantém vigente”. Em assembleia geral extraordinária realizada a seguir à ordinária procedeu-se à aprovação da alteração ao Regulamento de Repartição de Direitos e calendário de distribuição, com 172 votos a favor e 10 abstenções, não se registando igualmente votos contra.

PORTUGAL MUSIC EXPORT CONTINUA ESQUECIDO

“A MÚSICA PORTUGUESA É UM DOS BENS MAIS EXPORTÁVEIS” A Sociedade Portuguesa de Autores lamentou que o projecto do Gabinete de Exportação da Música Portuguesa (Portugal Music Export) continue esquecido pelo actual Governo, numa altura em que as exportações portuguesas aumentaram. Ao registar o facto de as exportações do sector agro-vinícola terem tido, em 2013, um aumento da ordem dos 6% em relação a 2012, o Conselho de Administração da SPA não pôde deixar de “lamentar que o projecto do Gabinete de Exportação da Música Portuguesa tenha sido desactivado pelo actual Governo”, apesar de ter sido confirmado e consagrado através da assinatura de um protocolo entre o Ministério da Cultura, sob a tutela da ministra Gabriela Canavilhas, a SPA e a GDA. Já com uma dotação financeira definida para um período de três anos para a sua concretização, “o Portugal Music Export parece ter deixado de fazer parte das preocupações e acções do actual Governo, mesmo sendo sabido que a música que se faz em Portugal constitui um dos bens mais exportáveis do País nesta fase de crise”, queixou-se a SPA numa nota produzida no dia 21 de Fevereiro. A Administração da SPA diz esperar que os resultados positivos do sector agro-vinícola levem o Governo a perceber que “o potencial da exportação de música, de forma estruturada e devidamente direccionada, não pode ser negligenciado e muito menos abandonado”, já que assim todos perdem. Para além disso – salienta – a exportação de música portuguesa constitui um factor de prestígio e promoção do nosso país no estrangeiro”.

REVISTA AUTORES DA SPA SAI PELA SEGUNDA VEZ COM A EDIÇÃO NACIONAL DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Pela segunda vez consecutiva desde que foi criada no Verão de 1958, a revista AUTORES da SPA chega ao grande público, e não apenas ao universo dos cooperadores e de algumas instituições, através de um encarte na edição de sábado, dia 29 de Março, do matutino *Diário de Notícias*. A edição de 50 mil exemplares será enviada para todo o território nacional, tal como aconteceu com a anterior, saída no dia 14 de Dezembro de 2013. Deste modo, a revista AUTORES, que, segundo o Conselho de Administração, “muito tem contribuído nos anos mais recentes para criar uma nova imagem da SPA, mais dinâmica, mais moderna, mais informativa e mais abrangente, chegará a áreas fundamentais da opinião pública com uma visibilidade que nunca antes teve”, constituindo “mais um passo importante na política de comunicação da nossa cooperativa”. A nota recorda que esta iniciativa se encontra abrangida por um patrocínio do Millennium bcp, o que significa que “a SPA não terá custos de produção e edição a suportar”. Durante este ano, será definida, oportunamente, a periodicidade com que estes encartes em edições do *DN* se processarão. Fica, entretanto, assegurado o envio de exemplares, como sempre aconteceu, para todos os cooperadores. Por sua vez, a TSF irá anunciar várias vezes a saída da revista AUTORES com a edição do *DN*, também como aconteceu com o primeiro encarte. “Assim, a SPA continua a chegar melhor e mais longe, sempre com o objectivo de revelar à comunidade o que a nossa cooperativa faz, que valores e princípios defende e o grande número de autores que representa”, sublinha o Conselho de Administração.

SEC GARANTE À SPA QUE EM BREVE HAVERÁ NOTÍCIAS SOBRE A CÓPIA PRIVADA

UMA DELEGAÇÃO da SPA foi recebida pelo secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, para colocar um conjunto de questões relacionadas com a cada vez mais difícil situação que os autores portugueses enfrentam, nomeadamente em consequência do adiamento da entrada em vigor da Lei da Cópia Privada, tendo lamentado "este longo adiamento". "O secretário de Estado da Cultura deu a garantia de que o assunto se encontra em apreciação e que oportunamente haverá notícias sobre este diploma, do qual dependem importantes acções, como a atribuição do Fundo Cultural", informou o Conselho de Administração da SPA num comunicado divulgado a 3 de Fevereiro último.

Por outro lado, a delegação da SPA, constituída pelo presidente José Jorge Letria, pelo director e administrador Pedro Campos e pela directora das Relações Internacionais Vanda Guerra, solicitou ao secretário de Estado da Cultura "a audição da SPA na fase de transposição da Directiva da Gestão Colectiva, a ser votada até final de Fevereiro em Bruxelas, a consideração da opinião da nossa cooperativa sobre a revisão da Directiva do Direito de Sequência e ainda uma mais firme tomada de posição do Governo português junto da Comissão Europeia em defesa dos autores portugueses e da cultura nacional". Foi ainda discutido o que poderá vir a ser o futuro do Gabinete de Exportação da Música Portuguesa e também a configuração daquilo que a Secretaria de Estado da Cultura definiu como Plano Adicional de Combate às Violações do Direito de Autor, e que envolve várias acções complementares. O presidente da SPA informou o secretário de Estado da sua indignação para presidente do Comité Europeu da CISAC e dos resultados já obtidos com o programa da SPA, apoiado pela OMPI, para os países lusófonos de África e envolvendo também Timor-Leste. O secretário de Estado Jorge Barreto Xavier, que se encontrava acompanhado pelo director-geral das Actividades Culturais, Silveira Botelho, cuja acção na IGAC foi saudada pela SPA, "reconheceu a importância do papel da nossa cooperativa em defesa dos autores e da cultura portuguesa e comprometeu-se a ouvir-nos regularmente em matérias consideradas relevantes para ambas as partes", atesta a nota da Administração da Sociedade Portuguesa de Autores.



CASA ANTÓNIO GIÃO EM REQUENGOS DE MONSARAZ RECEBEU REUNIÃO ANUAL DE DELEGAÇÃO REGIONAL

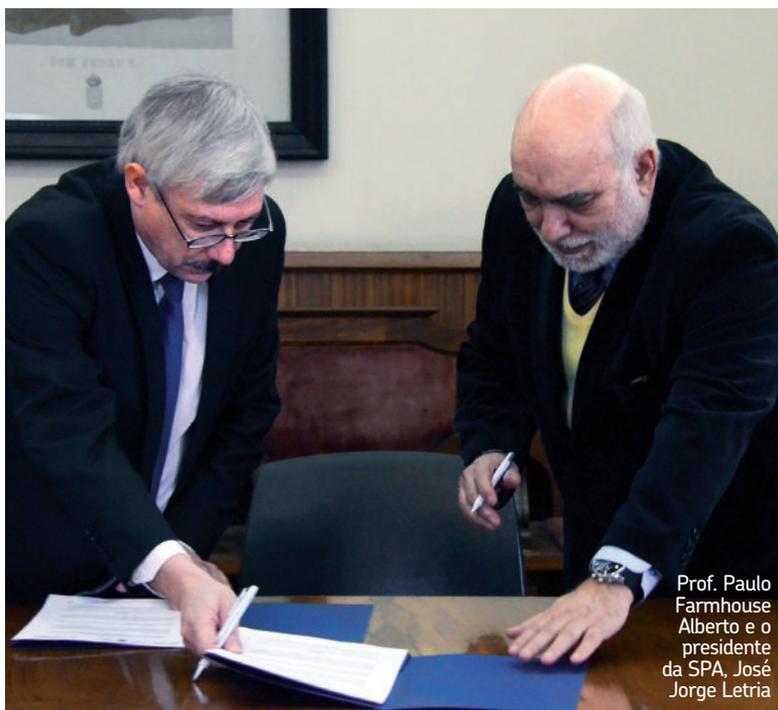
A SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES realizou na Casa António Gião, em Reguengos de Monsaraz, a reunião anual da sua Delegação Regional de Setúbal e Évora, que integra os representantes concelhios destes dois distritos, mas também dos de Beja e de Portalegre. Nesta reunião, que decorreu no dia 11 de Janeiro, foi analisado o trabalho desenvolvido e definiram-se estratégias que visam uma melhor informação e divulgação do direito de autor e da cooperativa. Através deste encontro, a Sociedade Portuguesa de Autores pretendeu "mostrar" a casa do professor António Gião, palacete que lhe foi doado em 11 de Março de 1981 pela viúva deste destacado reguenguense, Sophie Spira Gião. A doação foi feita com a intenção de "... honrar e perpetuar a sua memória..." e para que a casa ficasse "... à disposição de escritores, cientistas e artistas..." como "... um centro de convívio, de trabalho e de realizações culturais e científicas...". A casa conserva no interior todo o seu riquíssimo espólio em mobiliário e peças de decoração, obras de arte, uma biblioteca vocacionada para a área científica, especificamente sobre meteorologia e geofísica, e escritos inéditos sobre os temas. Para honrar e perpetuar a memória de António Gião, a Sociedade Portuguesa de Autores está a proceder a obras de restauro e de reabilitação do palacete e pretende dinamizar a casa e o jardim com diversas iniciativas.

"VA" VALORIZAMOS A CULTURA" SPA SPA

SPA SAÚDA DECISÃO DA PGR NO CASO DAS OBRAS DE JOAN MIRO

A SPA CONGRATULOU-SE com a decisão da Procuradoria-Geral da República de interpor uma providência cautelar com o objectivo de suspender o processo de venda em leilão, fora de Portugal, das 85 obras de Joan Miró que pertenciam ao espólio do BPN. Saudando esta iniciativa da PGR, "a SPA considera que tudo deve ser feito para evitar que este importante acervo artístico deixe o País, no quadro de uma estratégia de obtenção de verbas a qualquer custo para cobrir os 'buracos' orçamentais do Estado", declara o Conselho de Administração numa nota emitida a 5 de Fevereiro. De todo este processo, "complexo e nebuloso", pelo menos duas conclusões podem ser extraídas, segundo o órgão máximo da cooperativa de autores: "a Cultura e a Arte têm uma importância evidente e inquestionável como factor de desenvolvimento económico (de outro modo os bancos não investiriam em arte o que investem, ou pelo menos investiram) e, por outro lado, o Governo revelou, uma vez mais, uma chocante insensibilidade na forma de lidar com este tipo de matérias". Para a SPA, vender no estrangeiro, em leilão, quase uma centena de obras de Joan Miró, falecido em 25 de Dezembro de 1983, aos 90 anos, e um dos maiores pintores do século xx, "não é acto que se pratique de ânimo leve, no quadro de uma mera estratégia economicista".

A SPA, que também representa os criadores das artes visuais, salienta que não podia deixar de tomar posição pública nesta matéria, "até por estar consciente da receita que a permanência destas obras em Portugal poderá gerar, com o indispensável enquadramento museológico e com a devida articulação com a área do turismo". Tenha-se presente, acrescenta, que o catalão Joan Miró é um dos principais factores de atracção turística de Barcelona, onde funciona a fundação com o seu nome e onde existe, devidamente musealizada, a sua casa-ateliê. Espera, assim, a SPA que prevaleça o bom senso e "que tudo seja feito para que os quadros de Miró permaneçam em Portugal, enquanto se aguarda o julgamento e condenação exemplar dos responsáveis pelo escândalo nacional que continua a ser o caso BPN, que os Portugueses não esquecem nem esquecerão".



Prof. Paulo Farmhouse Alberto e o presidente da SPA, José Jorge Letria

DOS ESTÁGIOS AOS DOUTORAMENTOS FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA VAI COLABORAR COM A SPA

A SPA e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa assinaram, no dia 5 de Fevereiro, um protocolo de cooperação que prevê várias formas de colaboração entre as duas instituições, designadamente a realização de estágios profissionais de jovens licenciados em áreas que vão da biblioteca e centro de documentação até à organização de eventos culturais. O protocolo prevê ainda a organização, pela Faculdade de Letras, de palestras sobre Direito de Autor, em datas e moldes a definir. O Conselho de Administração da SPA acentua em comunicado de 10 de Fevereiro que "atribui grande importância a este tipo de colaboração com a universidade, que irá ser aprofundada com a possibilidade de mestrandos e doutorandos fazerem teses sobre temas que valorizem a memória, a função e o património cultural da cooperativa dos autores portugueses". Assinaram o protocolo o director da Faculdade de Letras de Lisboa, prof. Paulo Farmhouse Alberto, e o presidente da SPA, José Jorge Letria. ▲

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO EM SINES

A Biblioteca Municipal de Sines recebeu, no dia 22 de Janeiro, uma sessão de esclarecimento da SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, que representa os autores portugueses e estrangeiros de todas as disciplinas literárias e artísticas, procedendo à gestão dos direitos das suas obras. Organizada pela SPA com o apoio da Câmara Municipal de Sines, esta sessão foi dirigida, particularmente, a todos os que, com alguma regularidade, solicitam licenças a esta instituição. ▲

SPA DESENVOLVE PLANO DE FORMAÇÃO

Consciente de estar a atravessar um período de profundas alterações, afectada pelas mutações impostas pela globalização, mas também pelos constrangimentos e francos desafios que se colocam ao Direito de Autor, a SPA considera os seus recursos humanos como peça chave do seu processo de desenvolvimento organizacional, de modernização e de afirmação crescente com o fim de promover os valores da competência, da inovação, do rigor e da solidariedade. Por isso, a Sociedade Portuguesa de Autores considera a formação profissional uma ferramenta indispensável para a qualificação dos seus colaboradores. Nesse sentido, no âmbito da política de gestão de recursos humanos, foi elaborado um Plano de Formação, já em fase de concretização, assente em cinco domínios estratégicos: Línguas, Direito, Organização, Gestão Interna e Área Comportamental, que se desdobram em várias temáticas específicas e que envolverá a generalidade dos trabalhadores e dirigentes, avança um comunicado emitido no passado dia 12 de Março. ▲

CASA DA MOEDA APOSTA EM EDIÇÃO DE LIVROS INFANTO-JUVENIS

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) irá este ano, pela primeira vez, dedicar-se ao sector infanto-juvenil e publicar obras de grandes autores portugueses, destinadas a este público mais jovem, em parceria com a editora Pato Lógico, do ilustrador André Letria. O autor dos textos será José Jorge Letria e a ilustração ficará a cargo de diferentes ilustradores, que ainda não estão definidos.

Neste sentido, irão ser publicadas, até final de Abril ou Maio, biografias ilustradas de portugueses que, de diversas formas, se destacaram, como é o caso de Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Salgueiro Maia (a propósito dos 40 anos do 25 de Abril, que se comemoram este ano) e do Soldado Milhões, o mais condecorado soldado português em combate durante a Primeira Guerra Mundial.

A aposta neste sector não se resume apenas à publicação de biografias. O público mais jovem poderá ainda encontrar em algumas exposições conteúdos próprios para a sua idade na documentação dos museus nacionais.

Este ano, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda aposta na Coleção Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa, com direcção de Carlos Reis, design de Henrique Cayatte e apoio do Plano Nacional de Leitura e do Instituto Camões. O cânone da literatura portuguesa, que reúne os nomes maiores da literatura portuguesa, do século xv à actualidade: Gil Vicente, Almeida Garrett, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, Camilo Pessanha ou Mário de Sá Carneiro. O protocolo com a Direcção-Geral do Património Cultural irá assegurar o lançamento de mais projectos editoriais e faz da INCM a editora oficial da rede nacional de museus, palácios e teatros nacionais. ▲

PARA DEBATE CONJUNTO DE QUESTÕES JURÍDICAS SPA E PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA ASSINAM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

A Procuradoria-Geral da República e a Sociedade Portuguesa de Autores assinaram, no passado dia 13 de Janeiro, um protocolo de cooperação, o primeiro do género celebrado entre as duas instituições. Reconhecendo “a necessidade de cultivar um ambiente de sã cooperação institucional entre o Ministério Público e a Sociedade Portuguesa de Autores”, o protocolo, assinado pela procuradora-geral, Joana Marques Vidal, e pelos presidente e vice-presidente da SPA, respectivamente José Jorge Letria e João Lourenço, prevê, entre outras acções, a realização de reuniões de trabalho “com o objectivo de estudo e debate conjuntos de questões jurídicas práticas” e de regulares trocas de informação sobre assuntos de interesse comum. Por outro lado, tem como objectivo a realização de acções de formação e sensibilização a serem dinamizadas pela PGR. Segundo um comunicado da SPA, datado do próprio dia, o protocolo prevê ainda a cooperação “na compilação de decisões jurisprudenciais e outros recursos legislativos ou doutrinários que facilitem e sirvam de apoio e enquadramento às decisões do Ministério Público, em sede de investigação criminal, ou à tomada de posição em sede contra-ordenacional na área do direito de autor”. Este protocolo, que visa “enquadrar a cooperação institucional entre a Procuradoria-Geral da República e a Sociedade Portuguesa de Autores”, terá validade “no quadro processual penal e contra-ordenacional, bem como noutros em que o Ministério Público intervenha, na área dos ilícitos respeitantes à violação do direito de autor”. No final da assinatura do protocolo usaram da palavra a procuradora-geral da República e o presidente da SPA, tendo ambos sublinhado o carácter pioneiro deste documento e “o interesse de que se reveste no plano da cooperação institucional e da formação de quem tem o poder de fazer aplicar a lei neste domínio de indiscutível complexidade”. Referiram, igualmente, “os novos desafios colocados pelas novas tecnologias e a existência de um novo paradigma que não pode ser ignorado nem subalternizado”. **A**



RTP RECUÇA GALA DO PRÉMIO AUTORES CERIMONIA DECORRE DIA 8 DE MAIO NOS PAÇOS DO CONCELHO DE LISBOA

A RTP mostrou-se indisponível para realizar, em parceria com a SPA, a Gala do Prémio Autor 2014, que nos últimos quatro anos foi transmitida, anualmente, para todo o mundo pela estação pública de televisão. Lamentando profundamente esta recusa, “para a qual a RTP não apresentou razões objectivas”, o Conselho de Administração e a Direcção da SPA tomaram a decisão de não realizar aquela gala no corrente ano, embora vá atribuir os respectivos prémios, como é sua prática há vários anos e também um dever para com a comunidade dos criadores nacionais, com a devida solenidade. A cerimónia pública de entrega dos Prémios Autor 2014 realiza-se, assim, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, a 8 de Maio, pelas 18H30, contando com a presença do presidente da edilidade. Entretanto, a RTP procedeu a uma redução significativa do valor do contrato de avença anual que tem com a Sociedade Portuguesa de Autores e ainda não indicou valores para o contrato de 2014, informou a Administração da SPA. A SPA ainda diligenciou no sentido de viabilizar a realização da gala em parceria com outra estação de televisão, o que não se mostrou viável. Deste modo, a SPA não estará este ano na sala do CCB para entregar os Prémios Autor, “privando o público televisivo de um espectáculo de reconhecida qualidade”, conforme refere em nota emitida a 24 de Fevereiro. Todavia, afirma,

“no contexto de uma severa crise, esta é uma forma de se reduzirem despesas, opção que vai ao encontro da nossa prática quotidiana e de uma prioridade financeira da cooperativa”.

Embora os valores investidos pela SPA na gala anual não fossem significativos, por serem maioritariamente suportados pela RTP, “esse valor permanecerá na cooperativa para acções de outra natureza e carácter mais prioritário”, informa a SPA.

Apesar da inviabilização da Gala, a SPA decidiu conferir ao acto da entrega dos prémios a solenidade desejável, realizando-se na Câmara Municipal de Lisboa, em cerimónia pública.

Os prémios, que a SPA atribui desde 2010, “irão contemplar todas as áreas e disciplinas até agora consideradas e constituirão um estímulo para que a criatividade dos autores portugueses, mesmo neste ciclo de adversidade e privação, não abandone”. A SPA demonstra, assim, que a recusa da RTP em manter a Gala do Prémio Autor “não levará a cooperativa a desistir de um acto em que acredita e que num futuro próximo pretende ver retomado com a pujança que antes teve”, sublinha a nota do Conselho de Administração. Na última semana de Fevereiro, decorreram as reuniões finais dos vários júris designados pela cooperativa para encontrar os nomeados nas várias categorias a distinguir. **A**



FOI O AUTÊNTICO FASCÍNIO PELAS MÁQUINAS E PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO AVANÇADAS QUE O FIZERAM EMIGRAR DA ESCRITA EM PAPEL ORGÂNICO PARA A ESCRITA DIGITAL. UMA REVOLUÇÃO DO SÉCULO XXI, ONDE MERGULHOU A FUNDO, DESDE HÁ DUAS DÉCADAS. NA ORIGEM DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE LINGUAGENS MULTIMÉDIA, O ESCRITOR CARLOS CORREIA DECALCOU-AS AGORA NO TEATRO, DANDO À LUZ A PEÇA *EUROPIM*, *EUROPAM*, *EUROPUM*, UM MISTO COMPLEXO DE MUITOS TEMPOS, ONDE UM CYBORG SE DESMULTIPLICA E É PERSONAGEM PRINCIPAL, COMO FIO CONDUTOR DO “ENTREMEZ”.

CARLOS CORREIA

O fascínio das linguagens multimédia

Escritor de vasta produção e muito premiado em várias frentes, desde o teatro às áreas científicas, passando pela literatura e pela pedagogia, Carlos Correia é pioneiro no desenvolvimento de aplicações multimédia em Portugal, tendo supervisionado mais de centena e meia, algumas delas igualmente premiadas nacional e internacionalmente. Neste momento, exerce três funções na Universidade Nova de Lisboa: é professor, especializado em *e-learning*, pró-reitor e director do CITI – Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas, onde mantém uma entusiástica equipa, constituída por estudantes que preparam as suas tese de licenciatura, mestrados e doutorandos.

Autodefine-se como “um escritor que emigrou há vinte anos” da linguagem comum em papel para a cultura *online* (Internet), e *offline* (CD-ROM), a grande revolução por que o mundo está a passar. Seguidor activo

desta movimentação global electrónica – “estou sempre ligado ao computador e à Net”, confessa à AUTORES –, Carlos Correia está na origem da escrita criativa de linguagens multimédia ora decalcadas no teatro, com a publicação da sua mais recente obra *Europim*, *Europam*, *Europum*, uma peça onde a cibernética se confunde e entrecruza com o fado, o teatro de cordel e o ambiente de cabaré, numa “aventura” temporal em três actos, em que a Europa e o Luso Lusitano assumem papéis de destaque.

Não falta, por exemplo, um D. João de Portugal, em nítida referência ao personagem de Frei Luís de Sousa, de Almeida Garrett, que é, simultaneamente, um *Cyborg*, o homem-máquina da actualidade, aparelhado com toda a parafernália de ferramentas digitais que proporcionam a interactividade a que nos temos vindo a habituar a uma velocidade impressionante.

A APROXIMAÇÃO DAS MÁQUINAS AO CORPO HUMANO

Passar uma boa parte da manhã a falar com Carlos Correia, no ambiente despojado do CITI, no oitavo andar de um dos blocos da UNL, à Avenida de Berna, em Lisboa, foi uma experiência *sui generis*. Conduziu-nos, solícito, para a despida sala onde são feitas, entre outras coisas, as filmagens dos projectos de investigação multimédia – “ainda ontem aqui esteve o João Mota com os actores do Nacional e amanhã [dia 13 de Fevereiro] vamos ensaiar a introdução de imagens na peça de José Fanha *A Porta*, que o D. Maria estreia dia 27 deste mês e estará em cena até 30 de Março”, referiu – e sentámo-nos numa mesa sem qualquer adereço, a não ser o computador do professor. “Anda sempre comigo. Estou sempre ligado”, confessou.

E assim foi. Para cada pergunta suscitada, logo Carlos Correia se socorria do seu indispensável computador, um modelo recente, de tamanho normal, mas com uma espessura fina, a fim de exemplificar o que acabava de responder. Para nós, constituiu um mini-*workshop*, tal a densidade de informação que recolhemos, sobretudo a nível das novas tecnologias, e que, neste espaço exíguo, embora fosse de grande interesse para os nossos leitores, é impossível reproduzir. Até porque o objectivo central da nossa conversa foi a publicação da sua última peça de teatro para adultos – Carlos Correia escreve mais ficção direccionada às crianças e aos jovens –, dada à estampa em Janeiro, com o curioso título *Europim, Europam, Europum*, e a sua relação com a área das Tecnologias Interactivas a que já aludimos.

No entanto, no meio de tantos tópicos focados – as potencialidades dos motores de busca, os livros digitais, o *e-learning*, os óculos especiais da Google, o sistema de reconhecimento de voz, as aplicações para jogos, as compatibilidades de sistemas, as bibliotecas digitais, os direitos de autor na internet, a aproximação da universidade ao Brasil, a aldeia global que é o planeta onde passou a não existir nem tempo nem espaço –, não resistimos a divulgar alguns pormenores deste profícuo diálogo, em especial o que diz respeito ao aparecimento do Cyborg – o homem-máquina – na sua peça ora publicada e a velocidade de processamento dos *softwares*. Diz-nos Carlos Correia:

“Eu não sei o que é que vai acontecer no futuro, mas há uma coisa a que assistimos todos nós os que estamos atentos a isto, que é a miniaturização. As ferramentas com que trabalhamos nestas novas tecnologias estão cada vez mais pequenas.”

E perguntamos nós: “Até onde é que leva a miniaturização?”

“Não gosto de especulação», – assevera, mas a verdade é que as máquinas estão a aproximar-se cada vez mais do nosso corpo. Ainda há dias apareceu um indivíduo a fazer

EUROPIM, EUROPAM, EUROPUM: UMA HOMENAGEM AO FADO

Europim, Europam, Europum saiu a 14 de Janeiro em edição de autor, apenas com 200 cópias para os amigos e teve e terá, quando for levada à cena, a participação de toda a equipa que trabalha no CITI, dada a parte de multimédia que é decisiva na arquitectura conceptual do projecto. Trata-se de uma peça para adultos em três actos, que representam três tempos diferentes da nossa integração na Europa: “o tempo mítico em que nós acreditámos que a Europa ia ser o nosso futuro, depois o tempo em que os alemães nos deram o dinheiro todo para nós gastarmos e nós gastámos mal, vemos agora, e o tempo presente da grande depressão, apesar de terminar com a esperança de que ‘queremos ser alguém’, ao contrário da personagem de Garrett.” O primeiro acto é teatro de rua, teatro de cordel, à maneira antiga, depois passa a cabaré. Carlos Correia, que toca guitarra, faz nesta peça uma homenagem ao fado, indo buscar muito à tradição algumas músicas de fados. As letras são todas de sua autoria. No total são cantados e interpretados 22 fados. EE

O PAPEL
DIGITAL
VAI SUBS-
TITUIR
O PAPEL
ORGÂNICO.
É UMA
SANDUICHE
COM UM
MILÍMETRO
DE ESPES-
SURA,
FLEXÍVEL,
PARA
METER
NO BOLSO

um telefone que é um dente que se implanta... Caso do Cyborg, onde entramos com as partes de multimédia no corpo humano.”

O PAPEL DIGITAL VAI SUBSTITUIR O PAPEL ORGÂNICO

Um outro tema de conversa que não quisemos deixar de desvendar aqui e que tem sido altamente debatido nos tempos que correm é o que decorre da utilização cada vez maior da chamada tela ou ecrã, em detrimento do papel. Vai acabar? O que é que o vai substituir? Damos a palavra ao especialista na matéria, ao mesmo tempo que folheia o seu recém-publicado livro:

“Enquanto aqui temos uma estrutura molecular complexa, atómica, porque isto é polpa da árvore, o que é que nós vamos ter? Vamos ter uma folha igualzinha a esta – eu já vi –, flexível, que tem uma diferença: não é polpa de árvore, é um conjunto de substâncias – eles mantêm isso no segredo dos deuses – que faz uma sanduíche, no meio da qual há milhões de esferas de todas as cores que, uma vez ligadas à Internet, carregam e está feito.”

Face ao nosso semblante interrogativo, explica melhor, com um sorriso vitorioso:

“É uma sanduíche com um milímetro de espessura, flexível, para meter no bolso, que é o fundamental. O computador e os *tablets* ou *i-Pads* não se levam para a praia nem para o campo. Ou seja, o papel vai ser substituído pelo papel. O papel digital vai substituir o papel orgânico.”
EDITE ESTEVES ▲

Para informações detalhadas, consultar o *site* www.carloscorreia.net e www.citi.pt

ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CAUSA

SPA NÃO ABDICA DO DIREITO DE EXIGIR TODOS OS PAGAMENTOS DEVIDOS AOS AUTORES

Caros colegas Cooperadores,

No dia 16 de Dezembro de 2013, foi publicado um Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, que, deliberando sobre a questão da comunicação pública de obras radiodifundidas, sustentou que a aplicação a um televisor de aparelhos de ampliação de som, difundido por canal de televisão, em estabelecimento comercial, não configura uma nova utilização da obra, pelo que não carece de nova autorização dos autores.

Antes de mais, diga-se, este Acórdão contraria os princípios basilares do direito de autor, que estão consagrados desde a Convenção de Berna, são reconhecidos e aplicados nos restantes Estados da União Europeia, mas que, estranha e aparentemente, o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal entendeu que não tinham correspondência no nosso território.

De facto, o Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça está em clara oposição com algumas directivas comunitárias que foram transpostas, há vários anos, para o ordenamento jurídico nacional. A Sociedade Portuguesa de Autores não pode, por isso, pactuar com uma solução de inaplicabilidade prática da legislação vigente, que tem como consequências directas, não só um claro prejuízo para os autores nacionais e internacionais, que a Sociedade Portuguesa de Autores representa com base em contratos de reciprocidade com as suas congéneres estrangeiras, mas que também colocará o nosso país numa situação contraditória, de, embora pertencendo a um espaço comum europeu, ficar totalmente à margem dos restantes Estados da Europa nas questões de direitos de autor versados neste Acórdão.

Por outro lado, a Sociedade Portuguesa de Autores não pode deixar de enfatizar que a jurisprudência proferida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, sustentada nas directivas entretanto transpostas para o ordenamento jurídico nacional, e que Portugal está obrigado a cumprir, tem sido unânime na consagração da solução oposta ao sentido plasmado no Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça. Uma vez mais, a Sociedade Portuguesa de Autores não pode concordar que as instâncias judiciais nacionais adoptem decisões totalmente contraditórias com a corrente jurisprudencial que, unanimemente, tem sido tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia sobre esta matéria.

CLARA RESPONSABILIDADE DO ESTADO PORTUGUÊS

A Sociedade Portuguesa de Autores entende, por isso, que é clara a responsabilidade do Estado português nesta matéria, porque, ou as directivas foram mal transpostas, ou, caso contrário, não foram respeitadas na sua aplicação concreta. Em qualquer destes dois casos, a responsabilidade do Estado português é clara. Por consequência, a Sociedade Portuguesa de Autores irá diligenciar no sentido de responsabilizar o Estado português pelos prejuízos que os autores, nacionais e internacionais, sofrerem com esta decisão. Contudo, ainda que a SPA não actuasse nesse sentido, e sendo evidentes os prejuízos sofridos por autores estrangeiros (basta pensar que a grande percentagem de música difundida no nosso país é de autores estrangeiros), qualquer sociedade de autores estrangeira ou o grupo que as representa poderá, em qualquer momento, iniciar essa acção judicial. Não seria uma acção inédita, que já correu contra Estados fora do espaço europeu, com natural e amplo sucesso para as sociedades de autores. A Sociedade Portuguesa de Autores recorrerá a todos os meios ao seu dispor, judiciais, políticos ou outros, de forma que a orientação constante deste Acórdão seja alterada, passando os autores a receber a justa remuneração pela utilização efectiva que é efectuada, em cada estabelecimento comercial, das suas obras.

Para além do que se expôs, é fundamental afirmar que a legislação vigente, a qual não foi alterada, consagra aos autores o direito exclusivo de receber uma remuneração por cada utilização efectuada das suas obras. Por esse motivo, os autores, e, por via da representação, a Sociedade Portuguesa de Autores, mantêm intacto o direito de exigir o pagamento correspondente a toda e qualquer utilização de obras, efectuada em local público, razão pela qual a Sociedade Portuguesa de Autores continuará a exigir o pagamento da justa remuneração devida aos autores que representa, independentemente dos meios técnicos e das formas utilizadas para a divulgação de obras protegidas pelo direito de autor.

Com as mais cordiais saudações cooperativistas, Lisboa, 2 de Janeiro de 2014

A Direcção e o Conselho de Administração

DIRECÇÃO DO GESAC SOLIDÁRIA COM A SPA

APOIO DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS E DE COOPERADORES

A Direcção do Grupo Europeu de Sociedades de Autores (GESAC), que a SPA integra, manifestou por unanimidade, em Bruxelas, o seu apoio à cooperativa portuguesa relativamente ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, "que já está a afectar seriamente a actividade das delegações por todo o País", conforme informou o Conselho de Administração em comunicado divulgado no passado dia 29 de Janeiro. Na reunião do GESAC, o presidente da SPA explicou detalhadamente a situação e agradeceu às numerosas sociedades congéneres europeias que já se solidarizaram com a cooperativa dos autores portugueses. A Direcção do GESAC "congratulou-se ainda com as medidas de resposta adoptadas pela SPA, que contarão com o seu apoio, designadamente em sede judicial quando avançar a prevista acção contra o Estado português", salienta ainda aquela informação.

Logo que foi conhecido o teor do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça N.º 15/2013, de 16 de Dezembro passado, a SPA contactou de imediato um significativo número de congéneres europeias, para lhes dar conta da situação que aquele Acórdão veio criar.

Teve a SPA em conta o facto de o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça "inviabilizar, em larga medida, os pagamentos devidos, com base em contratos de reciprocidade, às sociedades estrangeiras pela utilização dos repertórios dos seus artistas".

"A ser cumprida aquela decisão da instância máxima da magistratura portuguesa, fica a SPA impossibilitada de dar cumprimento ao que os contratos determinam, o que é lesivo dos interesses dos autores estrangeiros e, naturalmente, da credibilidade internacional da SPA", explicou o Conselho de Administração numa nota difundida a 3 de Janeiro. De imediato "o grupo europeu de sociedades de autores (GESAC) analisou o Acórdão", enquadrando-o no quadro mais amplo da legislação e da jurisprudência europeias, "manifestando o seu apoio à SPA e considerando incoerente a decisão" consubstanciada naquele Acórdão.

Para além do GESAC, os apoios até àquela data recolhidos de sociedades congéneres "irão constituir um dos suportes das acções a desenvolver pela SPA junto das instâncias judiciais da União Europeia". São eles: STEF (Islândia), TONO (Noruega), SABAM (Bélgica), SUIA (Suíça), AEPI (Grécia), ARTISJUS

(Hungria), PRS (Reino Unido), ZAIKS (Polónia), TEOSTO (Finlândia), AKM (Áustria) e IMRO (Irlanda). A Sociedade Portuguesa de Autores pronunciou-se no sentido de que eles "fortalecem uma posição que consideram justa, em nome dos autores portugueses e estrangeiros e da instituição que legitimamente os representa". De salientar que em nenhum dos países a que essas sociedades pertencem se registou até à data uma situação análoga.

Por último, a SPA reafirmou "o seu propósito de levar até às últimas consequências as diligências no sentido de que esta situação seja corrigida e não sejam os autores portugueses e estrangeiros a sofrer as consequências de uma decisão injusta e das pesadas dificuldades criadas ao sector da restauração por uma taxa de IVA de 23%", que se encontra dez pontos percentuais acima da que vigora na Grécia, onde a taxa é de 13%.

A Administração da SPA manifestou ainda regozijo pelo "expressivo apoio, em apenas 24 horas, de mais de uma centena de cooperadores à posição publicamente assumida pela SPA" sobre esse assunto. 

“PODERÁ SER MOVIDA ACÇÃO CONTRA O ESTADO POR PERDAS E DANOS”

JOSÉ JORGE LETRIA
COMENTA ACÓRDÃO

A Sociedade Portuguesa de Autores, entre outras medidas já decididas, tenciona mover uma acção contra o Estado português, por perdas e danos, decorrentes do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tornado público no início deste ano, e “que impede, pelo menos enquanto instrumento jurisprudencial, a SPA de efectuar cobranças na área de execução pública em restaurantes, cafés e bares, que amplifiquem a música transmitida por canais de televisão”. O presidente da cooperativa, José

Jorge Letria, avaliou em “cerca de 5,5 milhões de euros os prejuízos previstos para 2014” provocados por aquela decisão. Além disso, segundo disse à AUTORES, a SPA vai “alertar as instâncias políticas” sobre esta matéria e tem “uma queixa para ser apresentada à Comissão Europeia”.

O presidente da SPA referiu que a entidade que dirige e administra chama a atenção para

o facto de que “este Acórdão não é uma lei, é um elemento jurisprudencial, pode ser usado em tribunal e pode ser usado para as pessoas tentarem não pagar o que estão obrigadas a pagar, porque a lei continua vigente”. Portanto, salientou, “demos orientações muito explícitas aos delegados, correspondentes e inspectores no sentido de que continuem a cobrar exactamente como co-

bravam, como se nada tivesse acontecido”.

Por outro lado, referiu-se ao parecer emitido por José Miguel Júdice, que, como se sabe, foi bastonário da Ordem dos Advogados e é ele próprio uma pessoa ligada à restauração, “tem uma posição muito clara de contestação daquilo que o acórdão diz”, conforme a AUTORES dá conta nesta página. **EA**

EM CAUSA ESTÁ UM ACÓRDÃO, DE 16 DE DEZEMBRO, DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FAVORÁVEL AO PROPRIETÁRIO DE UM BAR EM FELGUEIRAS, QUE TINHA UM TELEVISOR, AO QUAL ESTAVAM LIGADAS COLUNAS DE SOM, A TRANSMITIR MÚSICA DE UM CANAL DE TELEVISÃO (MTV), SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA SPA

PARECER DE JOSÉ MIGUEL JÚDICE

CONTRARIA ACÓRDÃO DO SUPREMO

Pontos do parecer de José Miguel Júdice que a SPA considera mais eloquentes e conclusivos:

- * O acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 15/2013, do Supremo Tribunal de Justiça, entendeu, erradamente, que a reprodução de programas de televisão, por televisor instalado num café, não necessita de autorização dos autores das obras protegidas ou de quem as representa.
- * No entanto, os acórdãos de uniformização de jurisprudência não são vinculativos para os tribunais, estando os tribunais portugueses impedidos de aplicar soluções jurídicas em desrespeito do Direito Europeu e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).
- * Os tratados internacionais que se integram no Direito Português prevalecem sobre as normas jurídicas que os contrariam.
- * Assim, o Direito da União Europeia prevalece sobre o Direito interno de cada um dos Estados-Membros, devendo as decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia ser obrigatoriamente respeitadas em toda a União Europeia, inclusive pelos tribunais internos de cada Estado-Membro.
- * Esta regra da prevalência do Direito Comunitário está prevista na Constituição da República Portuguesa, pelo que a sua não obediência constitui inconstitucionalidade.
- * Portugal aderiu a um conjunto de tratados internacionais, nos quais se inclui a Convenção de Berna, onde se consolidou o conceito de “comunicação pública”.
- * O Direito Comunitário também assimilou os tratados internacionais de Direitos de Autor, passando a considerá-los matéria relevante para a consolidação do mercado interno, aprovando também duas directivas sobre esta matéria que o passaram a integrar.
- * O Tribunal de Justiça da União Europeia, através de vários Acórdãos, criou uma corrente jurisprudencial sobre Direitos de Autor, sobretudo nas vertentes de comunicação ao público, reprodução de obras e cobrança de direitos de autor, que tem de ser obrigatoriamente respeitado por toda a UE e especialmente pelos tribunais.
- * A jurisprudência do TJUE consolidou-se no sentido de que a transmissão de programas televisivos e radiofónicos para quartos de hotéis, restaurantes, *pubs*, bares e cafés – que se não restrinjam a ambiente privado e familiar – se dirige a públicos novos e que é diverso do público visado pelo acto originário da obra, conduzindo a que sejam devidos direitos autorais autónomos, visto que se não integram nos direitos relativos à transmissão originária. Este caso determina a aplicação do regime de protecção dos autores e a necessidade de autorização e/ou de remuneração.
- * Perante decisão judicial tão claramente ilegal, todos e cada um dos tribunais portugueses e a administração pública têm não apenas o direito como também o dever de não respeitar e seguir o acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 15/2013. **EA**



OS PREJUÍZOS PARA 2014 DECORRENTES DA DECISÃO DO ACÓRDÃO DO SUPREMO RONDAM OS 5,5 MILHÕES DE EUROS

PROJECTO PARA LUSOFONIA JÁ DÁ FRUTOS E VAI PROSSEGUIR COM APOIO GARANTIDO DA OMPI

OMPI ASSEGURA CONTINUIDADE DO PROJECTO E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS PROMETEM APOIO

O Seminário Internacional sobre “A Importância do Direito de Autor nos Novos Mercados Culturais da Lusofonia”, que decorreu, por iniciativa da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), com assinalável êxito, no auditório do Millennium BCP, em Lisboa, nos dias 5 e 6 de Dezembro, “irá ter continuidade no final deste ano de 2014 e uma periodicidade regular”, de acordo com a vontade da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), patrocinadora do evento. A garantia foi dada por David Uwemedimo, dirigente daquela importante agência das Nações Unidas, que esteve presente e interveio nos trabalhos do seminário.

O actual director de Copyright da OMPI, que se despediu já na tarde do último dia do encontro internacional em Lisboa, fez “uma avaliação muito positiva desta iniciativa da SPA”, apoiada pelo Millennium BCP, considerando que ela “veio reforçar significativamente o projecto



de cooperação no espaço lusófono, apresentado em Genebra pela SPA e acolhido pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual”. Na ocasião, José Jorge Letria, presidente da SPA, agradeceu, por seu turno, a presença de David Uwemedimo, afirmando que ela representava “a garantia de que a nossa sociedade tem condições para trabalhar de uma forma alargada” e que “é um motivo de grande honra termos uma agência das Nações Unidas com mais de 1300 funcionários aceitar que a Sociedade Portuguesa de Autores lidere este projecto no espaço lusófono e que coordene as iniciativas que possam vir a surgir neste domínio”, o que, além de uma honra, representa “uma imensa responsabilidade”.

Entretanto, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís

Campos Ferreira, que interveio na sessão de abertura do seminário, manifestou, desde logo, “mais do que a disponibilidade, o interesse” da sua Secretaria de Estado, através do Instituto Camões, para apoiar este projecto, cuja oportunidade e alcance fez questão de sublinhar.

Aliás, passados apenas três dias, a SPA foi recebida em audiência por este membro do Governo “para se analisarem formas práticas de reforço” deste

trabalho, tendo sido assegurado na altura o apoio daquele organismo para o projecto estratégico da Lusofonia que se encontra em curso e que já tinha merecido, igualmente, o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, conforme referimos, e ainda da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (CISAC), cujo director-geral, Olivier Hinnewinkel, convidaria, no final de Janeiro deste ano, o presidente da SPA para assumir a presidência do Comité Europeu daquela confederação mundial, com sede em Paris. (ver pág. 22)

“INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES COM A CPLP”

“De destacar a abertura manifestada pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação para apoiar, com iniciativas concretas, a visão estratégica que a SPA tem vindo a defender para a Lusofonia, considerando que esta não só defen-

A EXISTÊNCIA DE INSTITUIÇÕES FORTES É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA QUE EXISTAM DIREITOS DE AUTOR FORTES EM CADA UM DOS PAÍSES PARCEIROS DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Luís Campos Ferreira, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, na sessão de abertura do seminário

de a cultura e os autores, como contribui decisivamente para a defesa da língua portuguesa”, refere o Conselho de Administração da SPA em comunicado datado de 7 de Fevereiro.

Das acções a desenvolver, sobre as quais brevemente serão dadas mais notícias, a Administração da Sociedade Portuguesa de Autores adianta “o reatar das negociações com o Ministério da Cultura de Angola, a integração numa missão nacional de alto prestígio e significado simbólico a um país da América Latina e a intensificação das relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.

Destá forma, “o Conselho de Administração vê com satisfação o estabelecimento desta parceria, que, a juntar-se à OMPI e à CISAC, traduz o reconhecimento pelo trabalho já desenvolvido e o prestígio que a SPA tem vindo a conquistar na cena internacional”, salienta aquela nota.

Na intervenção de encerramento do seminário, para além de outras iniciativas que previu, José Jorge Letria anunciou que “irá ser publicado um volume com as intervenções efectuadas por conferencistas nacionais e estrangeiros neste seminário”, que contou com a participação de representantes da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça, do corpo diplomático dos países lusófonos acreditados em Lisboa e ainda de juristas, autores, autarcas e economistas, entre outras personalidades.

O presidente da SPA fez questão ainda de referir que “a continuação deste seminário

não irá pôr em causa a realização das próximas edições dos Encontros Lusófonos de Sociedades de Autores (ELUSA), devendo a de 2013 ter-se realizado em Luanda, “o que não aconteceu por indisponibilidade das entidades angolanas”. Trata-se, segundo notou, de “iniciativas complementares que mutuamente podem e devem fortalecer-se”.

A realização deste primeiro Seminário Internacional, segundo adiantou José Jorge Letria, “integrou-se, igualmente, no esforço estratégico a ser desenvolvido pela SPA, no sentido de lançar pontes de cooperação e partilha de conhecimentos com outros países do espaço lusófono”, tendo realçado, nesse âmbito, a importância do apoio que a cooperativa está a dar, neste momento, em Díli, ao Governo de Timor-Leste na instalação da sociedade de autores nacional e na criação do primeiro Código de Autores timorense.

”UMA PROPOSTA DE NOVOS CAMINHOS”

“Esta iniciativa é, em si mesma, uma proposta de saída, uma proposta de construção de novos caminhos”, disse o presidente da SPA, para acentuar: “Hoje, não há continentes nem povos a descobrir, hoje o que há para Portugal é o mar com a zona exclusiva enorme que temos. Não podemos tirar os olhos do mar, para partilharmos conhecimento e as ferramentas de que dispomos, o saber acumulado, a fraternidade, o afecto, a língua comum e uma cultura que é comum também com os nossos



POR ISSO, A SPA TEM UM PAPEL MUITO IMPORTANTE, DECISIVO MESMO, NAQUILO QUE É A AFIRMAÇÃO DOS PAÍSES LUSÓFONOS NO MUNDO. E, QUANTO MAIS SUCESSO TIVER, MAIOR, MELHOR E MAIS RECONHECIDA SERÁ A MARCA LÍNGUA PORTUGUESA

Luís Campos Ferreira, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, na sessão de abertura do seminário

companheiros e irmãos de África e de Timor-Leste e dos outros territórios que se queiram juntar a esta imensa realidade que é de 250 milhões de falantes, a qual faz de nós uma das mais poderosas comunidades linguísticas e civilizacionais do mundo, logo a seguir à língua castelhana, que tem 650 milhões de falantes.”

O objectivo da SPA, asseverou, “é produzir e provocar convergência de todos os que têm esta língua comum, sem haver paternalismos, lideranças formais ou informais, podendo trabalhar juntos para que esta realidade se concretize”. E porque “as sociedades de autores vivem daquilo que cobram e sem cobrarem dinheiro não sobrevivem, morrem”, o dirigente máximo da cooperativa portuguesa acrescentou que a SPA tem, hoje, “uma poderosa ferramenta informática, que se chama SPADIGITAL, que é um sistema global com várias competências e ferramentas de trabalho”, que está pronta a “ser disponibilizada para os nossos companheiros irmãos”. EDITE ESTEVES **A**

AUGUSTO MATEUS E LUÍS MOITA

OFERECEM LIÇÕES
MAGISTRAIS
SOBRE CULTURA
E PIB NA LUSOFONIA

“**F**alar de Lusofonia, falar desta aliança entre povos que partilham história e que podem partilhar uma posição de progresso num mundo que verdadeiramente seja global e humano, só pode ser feita projectada no mundo. A Lusofonia como limite não tem especial interesse nem tem especial futuro. Portanto, o entendimento das comunidades que partilham o português ou das comunidades que partilham, para além do português, uma história com muitos pontos de contacto e uma possibilidade efectiva de uma boa colaboração e activa nas realidades internacionais, obviamente é uma plataforma para o mundo, não uma plataforma para si própria. Portanto, a própria língua portuguesa tem se defender na lógica de Pessoa, como língua para o mundo e não como uma língua para parte do mundo, uma língua só para 250



milhões.”

Foi desta forma directa e sem rodeios que o ex-ministro da Economia, Indústria, Comércio e Turismo, professor catedrático e presidente da sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados atacou o tema “Cultura e PIB na Lusofonia”, no primeiro painel do Seminário Internacional sobre a Importância do Direito de Autor nos Novos Mercados Culturais da Lusofonia.

Moderado pelo presidente da SPA, este painel teve dois oradores privilegiados, dois académicos que ofereceram aos participantes lições magistrais sobre “capital social”, “capital humano”, “capital cultural”, “alianças e sinergias,

com o turismo e no âmbito cultural e industrial” e “biodiversidade cultural”, “caldo de cultura”, “antropologia cultural”, “pluralidade e identidades culturais”.

Enfim, um sem-número de reflexões, princípios e conceitos sobre o tema proposto que cada um defendeu dentro da sua linha de pensamento, do seu estilo e da sua formação, mas que, no fundo, desembocariam praticamente no mesmo magma de ideias, ou seja, nas palavras de Augusto Mateus, “é tão importante proteger o autor, o *copyright*, como é importante proteger tudo aquilo que é efeito da criatividade na actividade económica”.

Porque não existe propriamente

“uma cultura comum”, mas “uma pluralidade de identidades culturais”, como defendeu Luís Moita, e entre elas “as materiais e as imateriais”, as que se podem medir com um barómetro, como o PIB, e as que são incomensuráveis, é o seu cruzamento, essa miscigenação que constitui factor decisivo para o desenvolvimento dos povos e para o seu enriquecimento. Enriquecimento que deve ser partilhado e expandido, no caso dos países da Lusofonia.

Abordando a questão pelo lado mais economicista e para voltarmos ao princípio da sua exposição, podemos resumir assumindo uma afirmação pertença de Augusto Mateus: “É possível viver neste planeta, produzindo bens e serviços públicos de carácter nacional, mas cada vez mais também bens e serviços público de carácter global. A defesa colectiva da propriedade intelectual, de que nos falava o dirigente da OMPI, é, obviamente, um serviço público de valor global, que alimenta uma nova parceria de público e privado, centrada em coisas fundamentais.” EDITE

ESTEVES **A**

EX-MINISTRO DA ECONOMIA APONTA ESTRATÉGIA

“A CULTURA, A CRIATIVIDADE E O CONHECIMENTO ESTÃO NA BASE DA CRIAÇÃO DE RIQUEZA”

“Em todo o lado, nós estamos a evoluir para uma economia em que a Cultura, a Criatividade, o Conhecimento estão na base da criação de riqueza. E, portanto, nessa economia, a propriedade intelectual, a propriedade industrial, a defesa dessa cultura, dessa criatividade, desse conhecimento são absolutamente decisivas. O valor está associado a isso, os empregos qualificados e sustentáveis estão associados a isso. O contributo destas actividades para o desenvolvimento económico e o progresso social está associado a isso. Portanto, nós precisamos de prestar uma novíssima atenção a esta realidade porque ela é mais importante do que o preço da energia; ela é mais importante do que o valor do salário mínimo num determinado país. É verdadeiramente em torno do Conhecimento, da Cultura e da Criatividade que nós somos ou não somos capazes de criar riqueza neste mundo que fizemos. E Portugal é um país que tem todas as condições – pela sua língua, pela sua história, pelo seu património – para conviver bem com este esforço para encontrar novas formas de política pública, de população, de colaboração entre criadores, entre empresas para que aquilo que tenha mais valor, seja mais bem defendido.” EE

DIRECTOR DE COPYRIGHT DA OMPI APELA A UMA BOA DIVULGAÇÃO “PRECISAMOS DOS MÉDIA PARA ASSEGURAR O RECONHECIMENTO DO DIREITO DE AUTOR”

David Uwemedimo, prestigiado jurista, que foi durante 12 anos o responsável pelo Departamento Jurídico da CISAC – Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores e exerce, actualmente, o cargo de director de Copyright da Organização Mundial da Propriedade Intelectual das Nações Unidas (OMPI), “está a contribuir, decisivamente, para que o Direito de Autor, no quadro mais amplo da propriedade intelectual, esteja a ter um protagonismo, uma vitalidade e uma expressão que não tinha anteriormente”. A afirmação foi produzida por José Jorge Letria, no decorrer do Seminário Internacional de que foi anfitrião e que se estendeu por dois dias, em Lisboa, contando com seis densos painéis ligados à temática do Direito de Autor nos países da Lusofonia. E o presidente da SPA notou: “Sendo o Direito de Autor uma parcela, eu diria quase ínfima, da propriedade intelectual, nós consideramos que este esforço tem nele um dos sustentáculos principais, para que possamos encarar com optimismo aquilo que vai ser o futuro.”

Na verdade, em conversa com David Uwemedimo no final do primeiro dia de trabalhos, a AUTORES pôde constatar que, para ele, um dos pontos principais da sua estratégia para que o Direito de Autor seja uma realidade assenta “numa divulgação mediática intensa e pormenori-

zada”. “Uma boa cobertura dos média das velhas e novas tecnologias poderá fazer com que o Direito de Autor seja reconhecido no futuro”, afirmou, explicando que “ela actua sobre a compreensão das pessoas relativamente à importância da remuneração dos criadores”, levando-as a uma alteração de mentalidades.

David Uwemedimo diz reconhecer a importância do Facebook, das redes sociais, dos vídeos, dos *websites*, dos suportes de áudio, das novas tecnologias. “Usando estas ferramentas, poderemos tornar muito mais claro o que é a importância do Direito de Autor. É absolutamente uma questão de transparência. Precisamos de ter os média para assegurar a transparência da gestão colectiva. É muito importante que o mundo se adapte à era da internet.”

“É PRECISO ENCONTRAR NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO”

Admite que é extremamente difícil colectar direitos de autor em produtos que estão na Internet, mas é peremptório ao recorrer à necessidade de “pôr ordem neste novo sistema”. “O que é preciso é encontrar novos modelos que transformem os direitos de autor – indica –, pois já não estão limitados a um determinado país, abrangem o mundo inteiro. Por isso temos de encontrar novos modelos de negócio que reconheçam a natureza da multiterritorialidade da exploração.”



Estes modelos, em seu entender, serão uma forma de ultrapassar as grandes dificuldades com que actualmente as sociedades se confrontam, já que toda a gente faz *downloads* e apresenta programas televisivos sem pagar. “No futuro, os criadores terão de ser remunerados pela utilização das suas obras na Internet e assegurar-se de que sejam minimizadas as utilizações abusivas.” É aqui que “os média terão um papel fundamental na informação ao grande público para a compreensão do que é o Direito de Autor e as soluções para tornar o modelo multiterritorial”.

“ESTAMOS MUITO FELIZES COM ESTA COOPERAÇÃO”

Olhando em redor, David deixou no ar a interrogação: “Podemos imaginar um mundo sem livros? Podemos imaginar um mundo sem música como a que ouvimos aqui? Podemos imaginar o mundo sem pinturas como as que estão aqui expostas nas paredes?”

E foi ele mesmo quem conferiu a resposta a estas questões primordiais para os criadores:

“A cultura é um fantástico contributo para o mundo. Brasil, Portugal, África, Timor-Leste, a cultura portuguesa está espalhada por todo o mundo. Por isso, nós, Organização Mundial da Propriedade Privada, achamos que é fundamental estabelecer um plano de cooperação com os nossos colegas, pois faremos uma grande diferença do resto do mundo com esta cooperação. Estamos, por isso, muito felizes!”

EDITE ESTEVES ▲

MAIS DE 5,2% DO PIB DE UM PAÍS ESTÁ RELACIONADO COM O DIREITO DE AUTOR E MAIS DE 5,3% DOS POSTOS DE TRABALHO SÃO CRIADOS OU ESTÃO DE ALGUMA FORMA LIGADOS ÀS INDÚSTRIAS CRIATIVAS. POR ISSO, AO APOIAR O DIREITO DE AUTOR TAMBÉM SE ESTÁ A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS

SECRETÁRIO-GERAL DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE AUTORES (SOMAS) JAIME GUAMBE LAMENTA PIRATARIA

Advogado e secretário-geral da Sociedade Moçambicana de Autores (SOMAS), Jaime Guambe foi um activo participante no Seminário Internacional organizado pela SPA em Lisboa, em Dezembro último, apresentando uma panorâmica generalizada da situação que se vive em Moçambique, no que respeita à legislação referente aos direitos de autor. O seu contributo foi determinante para perceber até que ponto se revela importante o projecto de cooperação com os países lusófonos naquela área, ora encetado pela Sociedade Portuguesa de Autores, com o apoio da Organização Mundial para a Propriedade Intelectual das Nações Unidas. Em declarações à AUTORES, o dirigente da SOMAS lamentou os casos de pirataria, melhor dizendo, de usurpação e contrafacção ainda hoje muito correntes em Moçambique e que, na sua maioria, consegue solucionar por meio de acordos, sem necessidade de recorrer à intervenção demasiado morosa dos tribunais. Conforme referiu, “muitas das infracções” ocorrem por desconhecimento da lei, o que não exime a culpa”. “Por norma, optamos por conseguir que o infractor possa



ressarcir o autor, vítima do crime de não pagamento do Direito de Autor que lhe é devido”, confiou-nos o jurista.

“Ainda há muita pirataria em Moçambique, a nível dos CD musicais, dos filmes, dos DVD e mesmo ao nível das obras literárias. “Vendem-se os produtos pirateados na rua, às claras, como se fosse normal e tenta-se transmitir a ideia de que esses ditos ‘piratas’ não têm outra forma de viver. Entretanto, não se pensa no criador...” Para este jurista da SOMAS, “o que é mau não é vender o produto na rua, mas vender o produto pirata”. “Aliás, adianta, é preciso perceber que o Direito de Autor é um direito humano: é igual ao direito à vida, ao direito à alimentação”. E o nosso Governo,

inclusive, até quis que os crimes do Direito de Autor fossem crimes públicos, em que o Estado tem que agir.” Jaime Guambe admite que já recebeu muitas queixas, mas que tem privilegiado as resoluções extrajudiciais e, “até esta altura, devo dizer que tenho sido feliz nessa aposta”, assume. “Já se sabe como é o sistema de Justiça. E não só pelo desconhecimento da legislação, mas também pelo tempo que a nossa Justiça leva. Portanto, não é praticável levar uma acção para o tribunal, para depois ter a decisão dez, quinze, vinte anos depois, numa altura em que, se calhar, o próprio autor já nem existe. Então, procuramos sempre fazer acordos.”

“FAZ MUITO SENTIDO ESTABELECEER ESTA PARCERIA”
Em relação a este projecto de cooperação da SPA, apoiado pela OMPI, junto dos novos mercados culturais da Lusofonia, que significado tem, afinal, para a SOMAS e para os autores moçambicanos em geral? Para Guambe, “isto é um caso prático da cooperação com os países lusófonos a materializar-se através da OMPI e da SPA”. “Queremos acreditar que, se se efectivar, salienta,

“estaremos também a responder ao desígnio da CPLP, dos países falantes, porque aí estaremos a descer do político, onde, muitas vezes, essas relações são mais tratadas, para os cidadãos, para a sociedade civil, e aí, sim, valerá a pena dizermos que sim, pois somos comunidades que não só estamos ligadas pela língua, mas por outros interesses, como é o caso dos Direitos de Autor.”

Numa altura em que existem vários cidadãos portugueses a investir em Moçambique, “faz muito sentido estabelecer esta parceria”, opina o jurista. Por outro lado, como também estamos numa era global e existem autores moçambicanos a residir em Portugal e espalhados por todos os continentes, Jaime Guambe está convicto de que “a SPA será, sem dúvida, um bom interlocutor” entre a SOMAS e outras organizações internacionais, nesta área dos direitos de autor. “É uma oportunidade única!”, empolga-se, rematando: “Ganhará a Cultura, ganharão os nossos países e teremos maior criatividade, que é o que nós queremos: melhorar o autor da obra para que a Cultura continue viva e presente nas nossas sociedades.” **EE**

SPA ATRIBUI MEDALHA DE HONRA A O PRIMEIRO-MINISTRO XANANA GUSMÃO

Estando a SPA a colaborar com o Governo de Timor-Leste no processo de instalação da Sociedade de Autores daquele país e na criação do seu Código de Direito de Autor, entenderam o Conselho de Administração e a Direcção da cooperativa que seria oportuno aproveitar este momento para atribuir ao primeiro-ministro Xanana Gusmão a Medalha de Honra da SPA. “Deste modo, homenageia-se o dirigente de um país lusófono, símbolo dos grandes combates pela liberdade, mas também um autor que tem deixado em livro o registo da sua memória e do seu trabalho poético”, justifica o Conselho de Administração numa nota emitida no passado dia 27 de Dezembro. A Medalha de Honra da SPA será oportunamente entregue a Xanana Gusmão, em Díli ou em Lisboa, consoante as oportunidades que surgirem para esse efeito. “Fica, entretanto, o valor da homenagem a quem também acreditou no projecto que se encontra actualmente a ser concretizado em Timor-Leste”, adianta o comunicado. **AA**

“ENVIAREMOS TÉCNICOS A BISSAU PARA AJUDAR A CRIAR UMA ESTRUTURA DE GESTÃO COLECTIVA”

PRESIDENTES DA SPA E DA ASSOCIAÇÃO DE ESCRITORES GUINEENSE ASSINAM PROTOCOLO

Um dos pontos relevantes do seminário, para além das muitas conferências, intervenções e momentos dedicados à música, protagonizados pela jovem Daniela, que cantou o Hino da SPA, a abrir o encontro, por Carlos Alberto Moniz e por Silvestre Fonseca, a encerrar as cerimónias foi a assinatura de um protocolo de cooperação entre a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e a recém-criada Associação de Escritores da Guiné-Bissau (AEGUI), representadas pelos seus presidentes, respectivamente José Jorge Letria e Abdulai Sila. O acto solene decorreu antes do discurso final do anfitrião, no auditório do Millennium BCP, onde se realizou o Seminário Internacional nos dias 5 e 6 de Dezembro último, tendo deixado o dirigente guineense “bastante sensibilizado”, conforme confessou.

A iniciativa resultou do encontro dos dois escritores, no final de Novembro do ano transacto – passado apenas um mês sobre a criação da AEGUI –, aquando da vinda a Portugal do dramaturgo Abdulai Sila para assistir à apresentação da sua peça *As Orações de Mansata*, apresentada pela Cena Lusófona, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa.

“Nesse primeiro encontro, manifestámos,



desde logo, a nossa disponibilidade, no sentido de podermos enviar, no início deste ano, um técnico ou dois da SPA a Bissau, com o propósito de dar apoio a esta associação, que já tem 30 associados e reúne o melhor que a Guiné-Bissau tem, em termos de criação teatral, literária”, revelou José Jorge Letria, adiantando que “também esta estrutura é a que se encontra em melhor situação para evoluir no sentido de uma futura gestão colectiva”. Com a assinatura deste protocolo, tal intenção fica, assim, garantida.

O presidente da SPA aproveitou a circunstância para anunciar publicamente que “a cooperativa portuguesa está em condições de

avancar no sentido de estudar a possibilidade de criar um fundo que possa materializar e viabilizar algumas edições que os países com menos condições práticas de realização dos seus projectos enfrentam neste momento”.

A SPA compromete-se também neste protocolo a procurar encontrar formas de financiamento junto das organizações internacionais para suportar custos relativos à mobilidade internacional dos dirigentes de sociedades, para que possam estar nas assembleias gerais anuais da CISAC, pelo menos como observadores. Um aspecto fundamental que José Jorge Letria disse já ter abordado com David Uwemedimo. **EDITE ESTEVES** 

ABDULAI SILA INVESTE NA FORMAÇÃO

“Eu acho que este protocolo vai abrir uma nova oportunidade para a nossa associação, que tem pela frente uma longa marcha. Pensamos que a Sociedade Portuguesa de Autores é uma instituição que tem muita experiência, tem muito *know-how* e pode ser-nos muito útil para encurtar algumas etapas e conseguirmos no mais curto espaço de tempo atingir um nível mais próximo daquele que, de facto, devíamos ter, tendo em conta que perdemos muito tempo e

estamos muito atrasados em relação aos outros países e às outras organizações.

“Tivemos no passado uma outra estrutura que englobava escritores, artistas, músicos, actores, tudo isso, mas agora vamos fazer uma entidade diferente, só de escritores. Como neste momento só temos 30 associados, iremos promover uma campanha para integrar os escritores mais novos, que têm um número mais reduzido de livros publicados. Vamos criar um

departamento específico para apoiar os jovens escritores e os candidatos a escritores. É um investimento na formação, na motivação e na criação de condições.

“Para mim, o seminário foi muito importante. Permitiu inteirar-me melhor de uma série de questões que desconhecia. Os oradores foram pessoas bastante habilitadas e experientes, com muita coisa útil a transmitir. Acho que foram aulas preciosas.” **EE** 

EVOCAÇÃO DE ARY DOS SANTOS, POETA DO POVO

José Carlos Ary dos Santos é ou não um poeta popular? Esta a questão que espolteou o discorrer fluido e sensível de Rúben de Carvalho, o jornalista, musicólogo e político, representante do Partido Comunista Português, herdeiro de todo o espólio do autor, na tarde do dia 17 de Janeiro, durante uma homenagem que a SPA promoveu para evocar o exuberante e polémico poeta, na véspera dos 30 anos do dia da sua morte. “O José Carlos – afirmou – tem uma popularidade, um afecto e um conhecimento da parte da população que faz dele um poeta popular, mas pela sua formação e educação ele não é um poeta popular mas um poeta do povo, povo que o adoptou, em relação ao trabalho que fez.”

Socorrendo-se das palavras do prefácio de Natália Correia ao *Livro de Letras*, que Rúben de Carvalho organizou, com selecção do próprio poeta, o seu amigo e companheiro de lides políticas acentuou que o texto de Natália vinca bem essa faceta: “Quer sob o ponto de vista formal, quer sob a concisão do trabalho do Ary, podemos afirmar que ele é um poeta do povo.” Para Rúben de Carvalho, o que marca esta característica como “poeta do povo”, tal como já o tinha designado José Jorge Letria na abertura da cerimónia, é “a sua ligação ao 25

de Abril e à luta pela democracia”. De facto, muitos grandes poetas utilizaram a canção como arma de luta política, mas “o que fez dele uma presença diferente, enquanto poeta, foi ele próprio. Ele próprio personificou a sua poesia. Ele próprio ofereceu-se como poema, com o seu entusiasmo, a sua clara entrega”. E citando ainda Natália Correia: “Há um caso de paixão entre Ary e o povo: ele gostava do povo e o povo gostava dele. Ambos procuravam esse afecto.” Associado da SPA como autor de textos desde 28 de Dezembro de 1966, ou seja, na sua fase poética inicial, José Carlos Ary dos Santos tornou-se cooperador ainda antes do 25 de Abril, a 8 de Fevereiro de 1974, tendo morrido a 18 de Janeiro de 1984, dia da revolta dos operários da Marinha Grande, conforme referiu José Jorge Letria. O velório aconteceu como ele tinha pedido, no auditório da Sociedade Portuguesa de Autores, exactamente no mesmo local onde agora decorreu a homenagem. Milhares de pessoas circularam à volta dos quarteirões da SPA, nessa altura ainda com um só edifício e o fêretro saiu do edifício da cooperativa, seguido a pé por uma imensa multidão, até ao cemitério do Alto de São João. “Esta foi a despedida que Lisboa fez a um poeta do povo”, frisou o presidente da SPA, adiantan-



do que esta instituição fez questão de continuar a homenagear Ary e, logo na semana seguinte, o escultor Francisco Simões apresentou um busto do poeta, que se encontra na entrada do edifício 2. Não há muito tempo também, a SPA organizou uma exposição em sua honra, que é frequentemente solicitada para itinerância.

Nesta homenagem que encheu o auditório da SPA, Ary dos Santos foi evocado numa perspectiva abrangente, focando aspectos políticos, poéticos e musicais. Após uma exposição pormenorizada e intimista feita por Rúben de Carvalho, José Fanha completou a sua imagem com alguns comentários de quem privou igualmente com ele, e de quem era profundo admirador, declamando poemas marcantes, como “Trovas Genealógicas”, o poema verrinoso de “A Bruxa”, a Vera Lagoa, “O Espanador”, “dedicado ao excelentíssimo senhor António Ramos”, “Há Que Dizer-se as Coisas”, “Os Cães da Infância” e “Não minha mãe / não era ali que eu estava”. Este último poema, extremamente comovente, encontrava-se na mesa-de-cabeceira de Ary com a data da véspera da sua morte. Foram os seus últimos versos. EE **A**

GRÂNDOLA, VILA MORENA FAZ 50 ANOS HOMENAGEM À FRATERNIDADE

GRÂNDOLA, VILA MORENA FAZ ESTE ANO 50 ANOS. A canção que serviu de senha para o avanço dos militares na Revolução do 25 de Abril (a celebrar também 40 anos) e que tem percorrido mundo como hino à resistência, nasceu em 1964, em jeito de homenagem e oferta à Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense, onde Zeca Afonso fora cantar baladas e canções de Coimbra no dia 17 de Maio daquele ano, acompanhado por Rui Pato, na segunda parte de um espectáculo que abriu com a actuação de Carlos Paredes com Variações à Guitarra e onde fora recebido de uma forma que nunca mais esqueceu. A Fraternidade Operária Grandolense já estava, então, marcada pela PIDE e Zeca ficou extremamente impressionado com a recepção que teve e com o ambiente de resistência ao fascismo e de trabalho em colectivo que ali se vivia. De tal forma que no próprio dia do concerto começa a esboçar uma canção de reconhecimento e homenagem. Três dias depois faz oferta à sociedade da letra da canção *Grândola Vila Morena*, escrita à mão numa folha de papel almaço, que, entretanto, desapareceu. “A *Grândola* foi estreada em Abril de 1971 em Santiago de Compostela, num espectáculo organizado pelos estudantes da Faculdade de Economia, em que estava, para além do Zeca Afonso, o Adriano, o Fanhais, eu, não sei se o Manuel Freire, e penso que o Rui Mingas também”, contou à AUTORES José Jorge Letria. Segundo este seu companheiro de canções de intervenção e presidente da SPA, Zeca Afonso levou oito anos para estrear a canção e só nesse mesmo ano de 1971 é que a gravou. Arnaldo Trindade, o fundador da editora Orfeu e conhecido editor discográfico das décadas de 1960, 1970 e 1980 com apostas na “música de tema”, recordou a gravação do álbum *Cantigas do Maio*, de José Afonso, do qual faz parte a *Grândola, Vila Morena*, que ainda hoje considera “o melhor disco português de sempre”, produzido no estúdio Château d’Hérouville, em França. É no Natal de 1971 que *Cantigas do Maio* cai no sapatinho dos Portugueses. Este álbum, com todas as suas canções, é um ponto altíssimo na carreira do cantor. EE



EXPOSIÇÃO INAUGURA CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS DE ABRIL

A exposição de fotografia “25 de Abril – Parece que foi ontem – 8 olhares 2 gerações” inaugura a 3 de Abril a celebração dos 40 anos do 25 de Abril, promovida pela Sociedade Portuguesa de Autores. A mostra junta imagens de quatro fotógrafos profissionais que fotografaram Abril – Inácio Ludgero, Alfredo Cunha, Rui Ochôa e Bruno Neves – e de quatro fotógrafos igualmente profissionais nascidos em 1974 – António Azevedo, Reinaldo Rodrigues, David Clifford e António Pedro Santos. A organização da exposição é da responsabilidade de Fernando Filipe, José Jorge Letria, Rui Negrão e Jaime Serôdio. **A**

PEDRO ABRUNHOSA

“HONRADO COM PRÉMIO PEDRO OSÓRIO”

Foram tantas e eloquentes as palavras de Pedro Abrunhosa, ditas e cantadas, que se tornou difícil escolher uma frase que sintetizasse todo o “discurso” de agradecimento do conhecido compositor, letrista e músico à Sociedade Portuguesa de Autores pela atribuição do Prémio Pedro Osório. Mas, foi a emotiva canção “Para os Braços da Minha Mãe”, do álbum *Contramão*, gravado a 2 de Dezembro de 2013, com música e letra de sua autoria, que Pedro Abrunhosa cantou ao piano no final da cerimónia de entrega do prémio, que nos levou à escolha da frase que dá título a esta peça: “A música é uma forma de exorcismo da dor.” A que Abrunhosa acrescentaria, na sua voz profunda, e depois de manifestar “o imenso privilégio” que foi ser distinguido com este prémio pelos seus pares autores: “A música, como toda a obra de arte, é uma forma de expurgar a grande dor social e uma das formas de mostrar o afecto, é um catalisador de paz.” A sentida sessão solene decorreu no auditório da cooperativa, no passado dia 26 de Fevereiro, ao fim da tarde – por sinal, dia triste, em que morreu Paco de Lucía, “um dos maiores instrumentistas de guitarra de todos os tempos e um notável compositor”, como lembrou o presidente, José Jorge Letria –, contando com a presença de Rui Teixeira, administrador do Millennium BCP e conterrâneo e admirador do distinguido, além de vários membros directivos daquele banco, que, a partir deste ano, patrocina o Prémio Pedro Osório e ainda o Prémio Igrejas Caeiro, bem como a revista AUTORES. Agradecido pela empenhada parceria desta instituição bancária, que há muito vem colaborando com a SPA, José Jorge Letria aproveitou a ocasião para anunciar, em primeira mão, que, este ano, o Prémio Igrejas Caeiro, “atribuído a pessoas que têm um longuíssimo percurso na rádio e provas amplamente dadas da sua qualidade e talento”, irá ser entregue “a um grande nome da rádio em Portugal – João Paulo Guerra”. A notícia seria divulgada publicamente em comunicado de 10 de Março, anunciando que a distinção é entregue no próximo dia 8 de Abril, às 18H30, no auditório da SPA.

“O PRÉMIO FOI ATRIBUÍDO PELO COLECTIVO DOS CORPOS SOCIAIS”

Em relação ao Prémio Pedro Osório, que home-



nageia “um dos maiores compositores, orquestradores e instrumentistas portugueses durante várias décadas”, e que foi membro da Direcção e administrador desta casa, o presidente da SPA lembrou que “foi com ele ainda vivo que foi tomada a decisão de o criar” e também escolhida a lógica e metodologia do mesmo, que se baseia “numa fase já de reconhecimento, de consagração e de aplauso mais ou menos unânime pela obra de um autor-intérprete de preferência, com o qual o Pedro Osório se sentisse de alguma forma identificado”.

Este ano, o método de escolha que a SPA optou para outorgar esta distinção, segundo explicou, “foi o que pareceu ser o caminho mais adequado e também mais consensual do ponto de vista da largueza de escolha e de gosto”. Assim, “quem atribuiu este prémio foi, em plenário, o colectivo dos corpos sociais, que tem na totalidade 29 membros”. “E, portanto sublinhou, “foi um júri constituído pelos seus pares, músicos, mas também por gente da literatura, do teatro, do audiovisual, que unanimemente atribuiu este prémio ao Pedro Abrunhosa.” Muito “honrado” pelo “imenso privilégio” que foi receber esta distinção da SPA “para alguém que se define como autor”, Pedro Abrunhosa salientou: “A única coisa de diferente que a obra de arte tem em relação a qualquer outra actividade é que ela ajuda a reflectir, ajuda a que a humanidade pense através daqueles que conseguem produzir determinado tempo do seu próprio tempo. Pense, reflecta e o expulse. E esta forma de exorcismo da dor, exorcismo do colectivo em momentos de crise, como os que vivemos agora, é fundamental.”

A entrega do troféu – uma bela peça criada pelo artista plástico Fernando Filipe, transparente a ver-se dentro uma foto das mãos do próprio Pedro Osório no teclado do piano – foi o momento cimeiro desta cerimónia, que Pedro Abrunhosa recebeu com visível satisfação e um sorriso aberto. EE **A**

E MAIS*

MAR RECEBE MENÇÃO DOS BOLOGNA RAGAZZI AWARDS 2014

MAR, edição do Pato Lógico, com texto de Ricardo Henriques e ilustrações de André Letria, recebeu menção do Prémio Bologna Ragazzi Awards na categoria Não-Ficção. O prémio, instituído pela Feira do Livro Infantil de Bolonha, que começou a 24 e termina a 27 deste mês de Março, é “um dos mais prestigiados galardões do sector”, afirma a organização. O júri, composto por Martin Salisbury (presidente), Manuel Estrada e Laurence Tutello, considerou que “o design e a ilustração deste livro são o eco perfeito do tema marítimo. Tipografia e imagem estão belissimamente integradas através do uso da bicromia de preto e azul. O artista explora com eficácia os contrastes de escala. Há embarcações minúsculas a enfrentar enormes criaturas marinhas. Faróis que espalham o seu feixe de luz ao longo da página. O universo do mar está retratado em todas as suas dimensões, incluindo factos, personagens e folclore, numa experiência gráfica altamente gratificante.” MAR foi publicado em 2012 pela Pato Lógico, a editora criada por André Letria, e tem prevista para o final de 2014 uma edição digital, de parceria com a Biodroid, estando já editado em Itália e no Brasil. A obra serviu de inspiração para a decoração do stand infanto-juvenil da Feira do Livro de Bogotá em 2013, na qual Portugal foi o país convidado. A presença portuguesa em Bogotá foi organizada pela Booktailors – Consultores Editoriais. MAR segue, assim, o seu percurso de sucesso, juntando esta distinção ao Prémio Junceda Ibéria, em 2013, à menção no Prémio Nacional de Ilustração 2013 e ao Melhor Design Infanto-Juvenil dos Prémios LER/Booktailors.

MÁRIO SOARES CLASSIFICOU OBRA “DE INTERESSE ABSOLUTO”

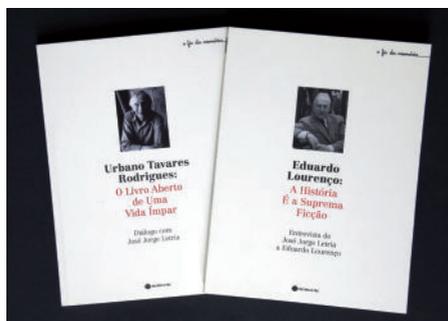
NOVA COLECÇÃO DA SPA/GUERRA & PAZ EDITORES APRESENTA LIVRO SOBRE EDUARDO LOURENÇO

Depois do lançamento de *Urbano Tavares Rodrigues: O Livro Aberto de Uma Vida Ímpar*, que estreou, em Dezembro de 2013, a Coleção *O Fio da Memória*, da Sociedade Portuguesa de Autores e da Guerra & Paz Editores – resultado de grandes entrevistas de vida conduzidas por José Jorge Letria –, foi apresentado, no princípio deste ano, o livro *Eduardo Lourenço: A História É a Suprema Ficção*, que dá voz a um dos maiores pensadores da cultura portuguesa dos séculos XX e XXI.

José Jorge Letria afirma que Eduardo Lourenço “é um pensador originalíssimo”, pois “a sua bússola é a poesia e os seus referentes são os poetas”. “Sem filiação em escolas ou correntes filosóficas,” assegura, “é, afinal, um filósofo sem sistema, um poeta que nunca quis assumir-se como poeta mas que, no longo diálogo deste livro, se autodefiniu como ‘um poeta da paixão por Portugal.’”

“*Eduardo Lourenço: A História É a Suprema Ficção*” devia ser – e é – um auto-retrato de um dos nossos maiores pensadores. (...) Eduardo Lourenço fala de si, da sua vida e obra. Mas, de uma forma irresistível, ao falar de si (...), Eduardo Lourenço prefere ou acaba por falar sempre de Portugal, esse país ‘ressonhado, reinventado, quase totalmente onírico, aquele que António Vieira imaginou como uma espécie de miniatura, um Portugal império universal do Cristo e depois da Mensagem, que é outra coisa, que é o sonho mais próximo de nós, um país que é uma espécie de Menino Jesus das Nações, como diria Agostinho da Silva”, conforme o autor resume na contracapa do livro.

Profusamente documentada, a entrevista é entrecortada por comentários de conceituados autores, sobre Eduardo Lourenço, abrindo precisamente com uma citação do próprio *in* Tempos e Poesia, em que afirma: “Decidi, por conseguinte, que os poetas seriam os meus guias e não os críticos, quero dizer, a espécie crítica que vive na ilusão de uma superioridade de estado do seu próprio estatuto crítico e da



instância (quando não instituição...) em que se constitui.”

Aliás, é também em prosa poética que José Jorge Letria apresenta o entrevistado, com uma “carta de afecto”, que escreveu a 19 de Agosto de 2008, e é na introdução que refere que a entrevista que esteve na base deste livro lhe foi concedida por Eduardo Lourenço na Fundação Gulbenkian (onde é administrador não executivo), no dia 20 de Fevereiro de 2011, na véspera de ser distinguido, durante a Gala da SPA, transmitida para todo o mundo, no Centro Cultural de Belém, com o Prémio Vida e Carreira.

Mário Soares classificou a obra de “um grande livro”, título que atribuiu, aliás, à sua crónica publicada no passado dia 20 de Fevereiro no Expresso, em que afirma textualmente: “A verdade é que a Cultura e a Ciência portuguesas foram sempre brilhantes, e agora, desde há dois anos e meio, deixaram de interessar aos que nos governam. Realmente deixaram quase de contar. Por isso é que aparecer um livro de entrevistas feitas por JJJL, com uma oportunidade exemplar, com respostas do nosso maior pensador, com a inteligência e a modéstia que lhe são reconhecidas, em Portugal e no estrangeiro, representa algo que não deve deixar de ser lido e meditado. (...) De interesse absoluto.” Seguem-se nesta colecção, para já, os diálogos de José Jorge Letria com o pintor e poeta surrealista Cruzeiro Seixas; com o arquitecto, pintor, ilustrador e caricaturista João Abel Manta; com a escritora e investigadora pessoaana Teresa Rita Lopes; e com o historiador, sociólogo e crítico de arte José-Augusto França. EE 



SPA REESTRUTURA A SUA BIBLIOTECA COM O NOME DE URBANO TAVARES RODRIGUES

A biblioteca da SPA, agora com o nome de Urbano Tavares Rodrigues, encontra-se em fase de profunda reestruturação, de molde a servir todos aqueles que a ela queiram ter acesso, designadamente para a realização de trabalhos académicos. “A biblioteca passará a incorporar o acervo bibliográfico proveniente de autarquias de todo o país que têm enviado à SPA as suas edições, a nosso pedido, e também, entre outros, um importante núcleo de livros de poesia e outros que integravam a biblioteca do crítico de teatro e escritor Carlos Porto”, anunciou o Conselho de Administração da SPA. Por outro lado – refere uma nota emitida a 6 de Março último – “irá ser valorizada a componente documental da Biblioteca SPA/Urbano Tavares Rodrigues, que inclui documentos relevantes sobre a história da cultura e das artes em Portugal”. A SPA tem vindo a sensibilizar alguns estabelecimentos de ensino superior no sentido de que dêem a conhecer a docentes e alunos a existência deste “espaço, que se encontra em condições de ser referência e apoio para teses e outros trabalhos académicos”. A dinamização da biblioteca da SPA “inscreve-se no plano de crescente abertura da biblioteca à sociedade em geral”, remata o comunicado da Administração. A Direcção da SPA decidiu por unanimidade atribuir o nome do escritor e cooperador Urbano Tavares Rodrigues à biblioteca da cooperativa, “como forma de homenagem a um dos nomes mais importantes da cultura portuguesa do último meio século”, conforme informou a SPA num comunicado emitido em Novembro do ano passado. Entretanto, a viúva e o filho do escritor ofereceram à SPA a máquina de escrever que Urbano utilizou durante décadas e que figurará em destaque entre o património da cooperativa. 

exposição

LISBOA



PRÉ CLÁSSICA

um porto mediterrâneo no litoral atlântico
uma viagem à origem da cidade

Galeria Millennium
Rua Augusta 96, Lisboa

Entrada Gratuita
13 março a 31 maio

Segunda a sábado
10h às 18h

www.facebook.com/fundacaomillennium

FUNDACÃO
Millennium
bcp

“A VOZ DA SPA É CRESCENTEMENTE RECONHECIDA E RESPEITADA”

JOSÉ JORGE LETRIA VAI PRESIDIR AO COMITÉ EUROPEU DA CISAC

O presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, José Jorge Letria, convidado pelo director-geral da CISAC (Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores), Olivier Hinnewinkel, para assumir a presidência do Comité Europeu daquela confederação mundial, vai tomar posse em Viena de Áustria, na reunião que decorrerá nos próximos dias 29 e 30 de Abril.

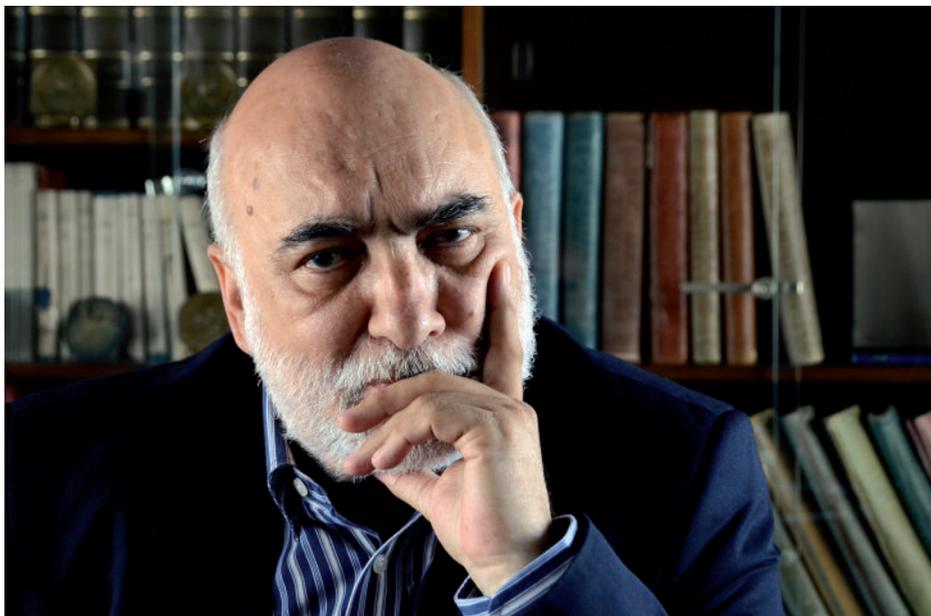
O Comité Europeu constitui a estrutura regional mais importante da CISAC, dado que a Europa, não obstante a crise que atravessa, representa cerca de 65% da movimentação financeira daquela confederação mundial, integrando 101 sociedades das 228 de 110 países de todos os continentes que a formam.

“O mandato é de quatro anos e, por inerência, passo a ter assento nas reuniões do *board* da CISAC, o que me permite estar no meio das 23 ou 24 pessoas que tomam as decisões de dimensão global em relação ao Direito de Autor nas regiões e no mundo”, pormenorizou o presidente da SPA à AUTORES.

Manifestando-se naturalmente orgulhoso com esta missão – “Esta é, até agora, a função mais elevada e exigente que um dirigente da SPA assumiu”, salientou –, José Jorge Letria pensa que a aceitação deste convite, ainda que nominal e pessoal, “é importante também para prestigiar a SPA, que assim vai estar muito mais presente internacionalmente”, porque cada vez que ele estiver presente é a SPA que está presente.

“Esta presença da SPA no topo dos organismos mundiais do Direito de Autor corresponde a um investimento estratégico da cooperativa reforçado nos últimos anos e, sobretudo, a partir de 2007. Deste modo, a voz da SPA, que tem sido anfitriã de grandes iniciativas internacionais do Direito de Autor, caso da assembleia geral anual do Comité Europeu da CISAC, realizada em Lisboa, em 2012, é crescentemente reconhecida e respeitada”, destaca.

Numa nota difundida a 17 de Janeiro, a Administração da SPA relevava ainda o facto de “a presidência do Comité Europeu da CISAC dar ao presidente da SPA legitimidade reforçada para intervir junto dos poderes públicos em Portugal, no sentido de se re-



A TOMADA DE POSSE DECORRE EM VIENA DE ÁUSTRIA, NO FINAL DE ABRIL

solverem situações de natureza legislativa e outras que se arrastam inaceitavelmente”.

José Jorge Letria exercerá o cargo cumulativamente e sem prejuízo das funções que desempenha quer na SPA, como presidente do Conselho de Administração e da Direcção, quer nas outras duas instituições internacionais que integra – a Direcção do GESAC (Grupo Europeu de Sociedades de Autores e compositores), com sede em Bruxelas, e o Comité Executivo do Writers and Directors Worldwide (ex-CIADLV) – “responsabilidades directivas não remuneradas, tal como acontecerá com a presidência do Comité Europeu”, fez notar. “Funcionarei naturalmente, na SPA, embora com mais mobilidade na Europa, sobretudo no Leste da Europa.”

“VOU APRESENTAR UM DOCUMENTO ESTRATÉGICO PARA O QUADRIÊNIO”

Para além da tomada de posse, o presidente da SPA disse à AUTORES que, nesta reunião do Comité Europeu, em Viena de Áustria, vai “apresentar um documento estratégico para o próximo quadriénio”.

Lembrando que o Comité Europeu é, na realidade, a segunda maior estrutura mundial do Direito de Autor, porque a maior é a CISAC, e que a seguir

está o Comité América Latina, o Comité África e o Comité Ásia-Pacífico, todos eles com muito menos sociedades que o Comité Europeu, José Jorge Letria declarou que “há a preocupação de reforçar o protagonismo do Comité Europeu e dar-lhe também visibilidade e acentuar a sua dinâmica”.

Nesse sentido, as grandes batalhas deste comité na Europa, conforme nos confiou, aludindo ao documento estratégico que irá apresentar, são a Lei da Cópia Privada e o combate à pirataria através de quadros legislativos nacionais avançados e feitos com competência. E, por outro lado – sustentou – “o apoio e dinamização dos países de Leste, que não tinham Direito de Autor, no sentido que adiram ao ordenamento europeu do Direito de Autor e, simultaneamente, em relação aos 28 países da União Europeia, haver uma pressão muito maior sobre a Comissão Europeia em Bruxelas para que produza legislação através das directivas, que seja adequada em relação aos problemas das sociedades de autores e dos autores, numa altura em que há um claro retrocesso do Direito de Autor em todo o mundo e particularmente na Europa”.

“SER AUTOR E GESTOR AO MESMO TEMPO CONTRIBUIU PARA ESCOLHA”

Os factores tidos em consideração para a escolha do seu nome foram, segundo referiu à AUTORES, no plano pessoal, o facto de já ter uma larga experiência das relações internacionais do Direito de Autor, ao longo de uma década, e de já ter tido anteriormente experiências de relações internacionais também nas autarquias. Por outro lado, o facto de combinar os dois estatutos, autor e dirigente da SPA, e também a sua participação, ainda actualmente, na Direcção do GESAC, no Comité Executivo do Writers and Directors Worldwide e de ter feito parte do Comité de Comunicação da CISAC.

ESTA É A FUNÇÃO MAIS ELEVADA E EXIGENTE QUE UM DIRIGENTE DA SPA ASSUMIU

Em relação à SPA, foi tido em consideração o facto de ser uma sociedade pequena – um dirigente de uma sociedade grande nunca assume esta função –, onde a música é maioritária (representa cerca de 70%), o que é importante, e também o facto de ser uma sociedade que está a aguentar, tanto quanto possível, o embate da crise, encontrando-se internamente pacificada.

“Para além disso, “assegurou José Jorge Letria”, o que contribuiu também para que a escolha recaísse em mim foi o facto de eu me ter batido, durante alguns anos, em reuniões internacionais, no sentido de haver um esforço de carácter pedagógico junto da população em geral, sobretudo junto dos mais jovens, no sentido de explicar o que é o Direito de Autor e em que medida é que a pirataria e o não-respeito pelo Direito de Autor enfraquece a cultura dos países e o trabalho dos autores.”

Outra coisa decisiva para a sua escolha foi a sua insistência para que as sociedades de autores formem os seus autores, sobretudo aqueles com mais prestígio e peso transnacional, com o propósito de que eles dêem a cara pelas suas sociedades.

“Para a escolha do meu nome”, disse, a terminar “contribuiu muito uma estratégia que a SPA tem tido na capacidade de investir em novas formas de relacionamento, com destaque para o espaço lusófono, e o esforço que fizemos, ao longo destes últimos anos, para criar também um Comité lusófono, que envolva os países da África Lusófona, o Brasil e agora também Timor-Leste.” **EDITE ESTEVES** ▲

O COMITÉ EUROPEU CONSTITUI A ESTRUTURA REGIONAL MAIS IMPORTANTE DA CISAC

NO ÂMBITO DO MIDEM DE CANNES SPA REFORÇA POSIÇÃO NEGOCIAL NA ÁREA DO ONLINE

A SPA esteve representada pelo administrador Tozé Brito em várias reuniões realizadas, no final de Janeiro, no âmbito do MIDEM de Cannes, um dos mais importantes certames mundiais que envolvem a área da música em todas as suas vertentes. Em representação da Administração da SPA, Tozé Brito debateu, nessas reuniões, “assuntos relacionados com o YouTube e a plataforma Armonía e outras questões relacionadas com o *online*”, segundo divulgou o Conselho de Administração da cooperativa num comunicado datado de 28 de Fevereiro. A nota acrescenta que Tozé Brito participou, por outro lado, num encontro entre sociedades de autores e *publishers*, com vista à assinatura de uma nova adenda ao Acordo de Cannes. Na sequência destas reuniões – anuncia – “a SPA irá receber, ainda durante o mês de Março, representantes do YouTube e da Stingray Digital (uma das principais plataformas de *karaoke* a nível europeu) para se fecharem contratos relacionados com os aspectos negociais tratados em Cannes”. Deste modo, “a SPA reforça a sua posição numa área negocial (a do *online*), cada vez mais determinante para o futuro da música e dos aspectos comerciais com ela relacionados”, sublinha o Conselho de Administração.

APROVADO RELATÓRIO CASTEX SOBRE A CÓPIA PRIVADA

No momento em que a Comissão Europeia está a levar a cabo uma consulta pública sobre o Direito de Autor, várias organizações de autores de que a SPA faz parte felicitaram a Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu pelo carácter progressista do relatório que acabam de aprovar. Neste importante documento aborda-se a modernização sustentável da implementação do sistema de cobrança dos direitos de Cópia Privada, por forma a responder aos actuais padrões de consumo das obras protegidas pelo Direito de Autor (padrões esses que estão em evolução permanente) e a assegurar o seu funcionamento eficiente no interior do mercado único. O Relatório Castex contém uma série de pormenorizadas clarificações sobre diferentes aspectos deste virtuoso sistema que oferece segurança jurídica ao número cada vez maior de fabricantes e importadores de dispositivos, liberdade de cópia aos consumidores e uma retribuição justa aos criadores. O Relatório identifica de forma correcta em que sentido é que a implementação do sistema actual precisa de evoluir para satisfazer as expectativas dos consumidores modernos (através de listas actualizadas dos dispositivos sujeitos à cobrança da taxa da cópia privada) e as necessidades do mercado único (melhoria da fixação das taxas e dos sistemas de declaração transfronteiriços). Apresentado como a resposta do Parlamento Europeu ao relatório do ano passado do “mediador” da Cópia Privada, a Comissão contraria várias das sugestões apresentadas António Vitorino. ▲

CE CONSAGRA PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A GESTÃO DO DIREITO DE SEQUÊNCIA

A CISAC (Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores), a EVA (European Visual Artists), o GESAC (Grupo Europeu de Sociedades de Autores e Compositores) e várias sociedades de autores de artes visuais europeus participaram, no passado dia 17 de Fevereiro, na cerimónia oficial de assinatura do documento, adoptado pela Comissão Europeia, que consagra um novo Acordo sobre o Direito de Sequência, que pretende assegurar aos artistas de obras visuais uma retribuição justa pela revenda das suas obras. Este acordo, que a SPA saúda, foi formalizado no documento “Princípios Fundamentais e Recomendações para a Gestão do Direito de Sequência”, oficialmente assinado e divulgado numa cerimónia que teve lugar em Bruxelas. Recorde-se que a SPA, enquanto membro da CISAC, do GESAC e da EVA apoiou activamente a campanha lançada para tornar o Direito de Sequência obrigatório em todos os Países-Membros da Convenção de Berna (até agora apenas opcional nos termos do artigo 14.º da Convenção), assente no princípio de que, estando o mercado das obras de arte a globalizar-se, também seria necessária uma estratégia global para a defesa do Direito de Sequência. Os debates, que decorreram ao longo de mais de um ano, tiveram a participação de representantes de sociedades de gestão colectiva e de artistas de obras visuais, bem como de representantes do mercado das artes visuais: leiloeiras, comerciantes de arte e galerias. “O Direito de Sequência é um direito fundamental para os autores de artes plásticas e gráficas, cuja remuneração se deve principalmente à venda material das suas obras”, salientou Olivier Hinnewinkel, director-geral da CISAC. “Permite-lhes obter uma retribuição justa na revenda das suas obras no mercado das artes, onde estas são de novo vendidas pelas galerias e leiloeiras. A adopção deste acordo para a Gestão do Direito de Sequência é uma conquista significativa e um importante passo na história do Direito na União Europeia”. O Direito de Sequência, que consiste numa pequena percentagem do preço de revenda das obras, que os operadores do mercado de arte devem pagar aos autores depois de cada revenda das suas obras, em leilão ou em galeria, aplica-se em mais de setenta países por todo o mundo, incluindo os da União Europeia. ▲

DIRECÇÃO DO GESAC DISCUTIU ESTRATÉGIAS PARA RELAÇÃO COM PARLAMENTO EUROPEU

A Direcção do Grupo Europeu de Sociedades de Autores (GESAC) que a SPA integra, além de ter manifestado por unanimidade, em Bruxelas, no final de Janeiro, o seu apoio à cooperativa portuguesa relativamente ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, notícia que produzimos em detalhe noutra edição, apontou a sua atenção especial para as estratégias a considerar no que diz respeito à sua relação com o Parlamento Europeu, tendo em linha de conta a proximidade das eleições europeias. Nesse sentido, nesta reunião, que contou com a participação, pela primeira vez, de representantes das estruturas que lideram, a nível europeu, as áreas das artes plásticas e do audiovisual, “foi decidido avançar-se com uma petição de autores de resposta ao lamentável questionário difundido pela Comissão Europeia sobre o direito de autor”, tendo também sido decidido “encomendar-se um estudo comparativo sobre a economia da cultura na Europa”. Os presentes discutiram ainda outras acções e medidas a levar à prática nos próximos meses. Segundo uma nota emitida a 29 de Janeiro pela Administração da SPA, o presidente desta instituição informou os participantes que “os autores portugueses continuam a enfrentar uma inaceitável situação de vazio legislativo, que tem na origem a Secretaria de Estado da Cultura e que envolve, por exemplo, a total ‘paralisia’ da Lei da Cópia Privada, com todos os prejuízos daí decorrentes”.

No final da reunião esteve ainda em debate um artigo recentemente publicado pelo presidente da SPA no jornal *Público*, no qual se preconizava “a criação de um partido dos autores europeus”, ideia que suscitou o agrado geral dos presentes e “tem estado na origem de vários debates dentro das sociedades”.

Expressiva adesão de cooperadores da SPA

Entretanto, em cerca de uma semana, o Secretariado da Administração da SPA recebeu mais de duzentas assinaturas de cooperadores que subscreveram a petição europeia em defesa da Cultura no quadro das políticas conduzidas por Bruxelas, informou a SPA no passado dia 18 de Fevereiro, num comunicado, em que “o Conselho de Administração da cooperativa se congratula com este expressivo grau de adesão, muito superior ao de outras sociedades de autores europeias de maior dimensão”. “Esta adesão – considera – representa uma elevada consciência cívica dos autores portugueses em defesa de valores e princípios irrenunciáveis e que adquirem um significado reforçado em função da inexistência de qualquer política cultural do actual Governo”. ▲



“ACORDEM! FAÇAM SENTIR O PESO DOS VOSSOS NOMES!” SPA INDIGNADÁ COM COMISSÃO EUROPEIA POR PÔR EM CAUSA FUTURO DO DIREITO DE AUTOR

A Sociedade Portuguesa de Autores manifesta publicamente a sua indignação contra a Comissão Europeia, que está a questionar, literalmente, o futuro do Direito de Autor, contando com o apoio do Partido Pirata sueco, representado no Parlamento Europeu, no âmbito da sua actual política de revisão e harmonização das normas do Direito de Autor na União Europeia. Com esse objectivo, a CE lançou, no final do ano passado, uma consulta pública, por forma a apurar as áreas do Direito de Autor que carecem de reforma, tendo em vista o estabelecimento de um mercado único digital. Todavia, a forma precipitada como foi aberta esta consulta pública, antes mesmo de estar integralmente concluído o processo de aprovação da nova directiva sobre a gestão colectiva do Direito de Autor e a poucos meses das próximas eleições europeias, bem como os moldes em que a mesma tem lugar, provocaram a estranheza e apreensão da cooperativa portuguesa de autores. “O questionário invulgarmente extenso que foi publicado [com oitenta perguntas] o curto espaço para a apresentação das respostas [pouco mais de um mês] e a forma tendenciosa como algumas das perguntas são redigidas são tudo motivos geradores de grande apreensão e objecto da nossa clara reprovação”, sustenta o Conselho de Administração num contundente comunicado divulgado no passado dia 17 de Janeiro.

Condenadas perguntas tendenciosas do questionário e o Partido Pirata

“Tudo leva a crer que a Comissão, em final de mandato, tem em vista abrir a porta a novas excepções, inclusive uma excepção sobre os conteúdos criados pelos utilizadores (*user generated content*), que muito beneficiaria a Google e outras grandes plataformas, em detrimento dos titulares de direitos”, declara aquela nota da SPA. Mas o presidente, José Jorge Letria, é ainda mais explícito e directo nas suas alegações contra esta situação, que condena vivamente, quando afirma à AUTORES: “Achamos que, neste momento, há uma santa

aliança entre as autoridades comunitárias, os Governos nacionais, os grandes operadores multinacionais e tudo isto feito hipocritamente em nome dos interesses dos consumidores, que são uma realidade em tempo de crise, ou sempre, são os eleitores, que vão às urnas”. Em relação à alegada “manobra, no sentido de que as sociedades de autores venham a ser condicionadas” e do pendor tendencioso do questionário, José Jorge Letria dá como exemplo claro a seguinte pergunta que ali se faz: “Que papel atribui hoje às sociedades de autores? Não lhe parece que poderia haver outra solução, outra estrutura?” Por outro lado, o presidente da SPA insurge-se contra a mobilização dos membros do Partido Pirata com assento no Parlamento Europeu e de outros “grupos defensores do interesse público” que têm vindo a criar *websites* e a organizar *workshops*, “tendo por objectivo ajudarem os cidadãos anónimos a responderem ao questionário, de acordo com a sua visão negativa do Direito de Autor”. “A SPA considera esta situação vergonhosa, absurda e, no mínimo, digna de reprovação e de condenação total”, sublinha. No comunicado tornado público, a SPA afirmar que continuará a lutar por todos os meios, em Portugal e no estrangeiro, para que esta estratégia de destruição do direito de autor não atinja os seus objectivos e “apela à mobilização dos autores portugueses”, no sentido de que, “unidos em torno da SPA, neste momento particularmente grave, fortaleçam a posição de quem legitimamente os representa”. O presidente da SPA foi informado que os CEO das maiores sociedades europeias já tomaram a decisão de pedir uma audiência ao Presidente Durão Barroso para lhe expor estas preocupações e que há intenção de levar a Bruxelas, eventualmente, um conjunto de criadores representativos de vários países para apresentarem ao Presidente da CE as suas reservas e dúvidas e também as suas reivindicações. Por isso, José Jorge Letria faz um apelo muito sério: “Acordem! Despertem! Mexam-se! Façam ouvir, ver e sentir a única arma que temos verdadeiramente que é o peso dos vossos nomes.” EDITE ESTEVES 

DELEGAÇÃO DA SPA REUNIU EM MADRID COM DIRIGENTES MÁXIMOS DA SGAE E DA VEGAP

Uma delegação da SPA constituída pelo seu presidente, José Jorge Letria, pelo administrador Tozé teve uma reunião de trabalho com a nova estrutura directiva da Sociedade Geral de Autores e Editores (SGAE), tendo sido abordados nessa reunião assuntos de interesse comum das duas sociedades. A delegação espanhola era constituída pelo novo presidente da SGAE, José Luis Acosta, pela directora-geral, Natalia Garzón Pacheco, e pelo director das Relações Institucionais, Javier Martín Domínguez. As duas delegações analisaram detalhadamente a situação do Direito de Autor nos dois países, bem como a situação na Europa, designadamente a que se relaciona com as directivas da Comissão Europeia. Durante as conversações “foram definidas prioridades e estratégias comuns que terão expressão na Direcção do Grupo Europeu de Sociedades de Autores e Compositores (GESAC) que ambas as sociedades integram, e no Comité Europeu da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (CISAC)”, que será presidido, a partir de finais de Abril, pelo presidente da SPA, conforme o próprio anuncia na peça que a AUTORES publica nesta secção referente à sua aceitação para estas funções, por convite de Olivier Hinnewinkel, director-geral daquela confederação

mundial. De acordo com um comunicado da SPA datado de 7 de Março último, “foram sublinhados vários pontos de convergência entre as duas sociedades” e “apontada a necessidade de um diálogo regular que fortaleça, com a necessária autonomia, as posições das duas sociedades”. Os dois presidentes relevaram “a necessidade de se desenvolverem acções de promoção de autores dos dois países em regime de reciprocidade”.

José Luis Acosta vem à SPA em Abril

Na sequência deste encontro, ficou assente que uma delegação da SGAE chefiada pelo seu presidente, o realizador e guionista José Luis Acosta, se deslocará a Lisboa, em meados de Abril, para uma nova reunião de trabalho. No mesmo dia, a delegação da SPA teve um encontro com o CEO e com o presidente da Entidade Visual de Gestão de Artistas Plásticos (VEGAP), sociedade espanhola para as artes visuais, respectivamente Javier Gutiérrez e Antón Patiño. Refira-se que Javier Gutiérrez, jurista de nomeada em Espanha, além de ser CEO da VEGAP, é também presidente da sociedade Artistas Visuais Europeus (EVA) e vice-presidente da CISAC. Com estes dois dirigentes “foram abordados aspectos relacionados com a

colaboração entre as duas sociedades”, nomeadamente “a presença da SPA no Banco de Imagens da VEGAP”, e ainda “questões relacionadas com as dificuldades que tanto os autores espanhóis como os portugueses enfrentam neste momento na sua relação com o poder político, e que se traduzem, nomeadamente, na inexistência de legislação adequada a essa defesa, o que é evidente no caso da Lei da Cópia Privada nos dois países”, salienta a nota da Administração da SPA. Também neste caso, esclarece, “foram acentuados os pontos de convergência e de solidariedade” que ligam as duas sociedades e “a necessidade de uma estratégia europeia comum e unificadora para se resistir ao agravamento previsível da situação política da Europa e as posições negativas que a Comissão Europeia tem vindo a adoptar em relação aos autores e às sociedades de gestão colectiva”. Tanto num encontro como no outro, o presidente da SPA informou os seus interlocutores espanhóis da sua nomeação para presidente do Comité Europeu e também dos objectivos programáticos que irão nortear o seu mandato e que são delineados na generalidade na conversa que o presidente da SPA teve com a AUTORES a propósito destas suas novas funções a nível internacional. 

EUSÉBIO (1942-2014) A SUA VIDA INSPIROU MUITOS AUTORES

O Conselho de Administração da SPA manifestou o seu pesar pela morte de Eusébio da Silva Ferreira, que, “apesar de não ser autor, foi amigo de muitos autores e artistas e um símbolo de Portugal no mundo durante décadas, graças a uma carreira genial como futebolista”. Na nota de pesar que emitiu a 6 de Janeiro, a SPA lembra que, por outro lado, “Eusébio e a sua vida deram origem a vários



Ilustração: ANTÓNIO CASMIRO

livros, poemas, canções e outras obras que representam uma significativa actividade autoral, a qual não pode deixar de ser registada.” “Num momento em que Portugal, com a soberania limitada e o futuro muito incerto, atravessa uma das piores crises da sua História, a perda de Eusébio empobrece ainda mais o nosso país e deixa uma sombra de luto na nossa memória colectiva.” lamenta o Conselho de Administração da SPA, acrescentando que “as reacções internacionais à sua morte são reveladoras do prestígio de que o grande futebolista continuava a gozar em vários continentes”. Mesmo na morte, e muito para além das filiações e preferências clubísticas, “Eusébio está a unir os Portugueses” e “também por isso continuará a ser lembrado”, salienta a Sociedade Portuguesa de Autores. Eusébio da Silva Ferreira, de 71 anos, morreu na madrugada de domingo, dia 5, vítima de paragem cardiorrespiratória. O antigo jogador e embaixador do futebol português pelo mundo recebeu várias distinções nacionais e estrangeiras ao longo da vida, entre elas os colares de Mérito Desportivo (1981) e de Honra ao Mérito Desportivo (1990), além da Águia de Ouro, o mais alto galardão do Benfica, em 1982. EE **A**

PACO DE LUCÍA (1942-2014) “O MUNDO DA MÚSICA FICOU DE LUTO”

A morte, no dia 26 de Fevereiro, de Paco de Lucía, aos 66 anos, deixa de luto “não só o mundo do *flamenco*” como “o mundo da música”, afirmou a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), em comunicado de pesar. Paco de Lucía foi “um dos maiores instrumentistas de guitarra de todos os tempos e um notável compositor”, atesta a SPA. “Não é só o mundo do *flamenco* que fica de luto com a sua morte, é o mundo da música e dos criadores e intérpretes, sobretudo num tempo em que a indústria musical continua a ser fortemente afectada pela crise um pouco por todo o mundo, em consequência da pirataria e do avanço desregulado das tecnologias avançadas”, escreve em comunicado a cooperativa de autores. A SPA afirma que Lucía não era só “um dos maiores instrumentistas de guitarra de todos os tempos, mas também um notável compositor”.



“Nunca deixou de valorizar a componente autoral do seu trabalho”, sublinha a SPA, que salienta a ascendência portuguesa do músico, que, em Portugal, “gozava de enorme e merecida popularidade”. Paco de Lucía morreu no dia 26 de Fevereiro no hospital de Cancún, no México, numa altura em que gozava um período de férias. Baptizado Francisco Sánchez Gómez, tomou o nome artístico “Paco de Lucía”, do hábito de o nomearem “Paco, el de Lucía”, referindo que era filho de Lúcia Gomes. O músico editou em 1981 um álbum intitulado *Castro Marim*, de homenagem às suas raízes portuguesas e, em 2005 - a 20 de Agosto de 2005 -, quando tocou na vila algarvia, tratou os espectadores portugueses por “primos”. Os Reis de Espanha, Juan Carlos e Sofia, e os príncipes das Astúrias expressaram também as condolências à família. **A**



NADIR AFONSO

(1920-2013)
ACTIVO TEÓRICO
DA CRIAÇÃO PLÁSTICA

A Sociedade Portuguesa de Autores manifestou o seu sentido pesar pelo falecimento, aos 93 anos, no Hospital de Cascais, do artista plástico Nadir Afonso, “um dos nomes mais importantes no panorama das artes visuais em Portugal”. “A morte deste arquitecto e pintor que colaborou com Le Corbusier [e Óscar Niemeyer], que se encontra representado em alguns dos mais importantes museus e colecções mundiais e que foi objecto de merecidas homenagens e grandes exposições retrospectivas constitui uma significativa perda para a cultura portuguesa”, considerou o Conselho de Administração da SPA, instituição de que era associado Nadir Afonso desde 1990. Nadir Afonso nasceu em Chaves em 1920, estudou Arquitectura na Escola de Belas-Artes do Porto e partiu para Paris em 1946. Para além da sua actividade como artista plástico, “é de destacar a sua excepcional acção como teórico da criação plástica e como mestre de várias gerações de artistas”. Em 2010, quando o artista fez 90 anos, o Museu do Chiado, em parceria com o Museu Soares do Reis, dedicou a Nadir Afonso uma extensa exposição, intitulada “Nadir Afonso”. Sem Limites. Depois desta que foi a maior exposição dedicada à sua obra, Nadir Afonso morreu sem ver, contudo, inaugurada a sede da fundação com o seu nome, em Chaves. Um dos introdutores da abstracção geométrica em Portugal, Nadir Afonso pintou até ao final da sua vida. Endereçando o testemunho do seu pesar à família de Nadir Afonso, numa nota de 11 de Dezembro, a SPA assegurou que “a sua vida e a obra não serão esquecidas”. EE **A**

AUTORES MAIS

Com o objectivo de proporcionar sempre mais e melhores serviços aos autores, a Administração da SPA acaba de reforçar o serviço "AUTORES MAIS", fruto de um longo trabalho de negociações e pesquisa de parcerias. Através desta rubrica, os cooperadores e beneficiários da nossa cooperativa passam a usufruir de condições especiais e de importantes vantagens de utilização relativamente a prestigiadas marcas de bens e serviços da sociedade portuguesa, mediante a apresentação do cartão de sócio da SPA. Os acordos estabelecidos até ao momento englobam:

fnac **100 PONTOS**
na adesão ao cartão
FNAC www.fnac.pt

Seguro DE SAÚDE
para autores
com menos de 45 anos.
www.casadaimprensa.pt
Tels.: 213 420 277/78

Optivisão
genio que olha por si
DESCONTOS EM TODAS AS LOJAS de 20% em óculos graduados (aros e lentes); 15% em óculos de sol; 10% em lentes de contacto; líquidos e outro material óptico.
www.optivisao.pt

biocoop
Produtos da Agricultura Biológica, CUF
5% DE DESCONTO sobre o PVP na aquisição de produtos de agricultura biológica. Serviço de entregas ao domicílio.
Rua Salgueiro Maia, 12
2685-374 Figo Maduro
Prior Velho. www.biocoop.pt
Tel.: 219 410 479

NIPON SPA JAPONÊS

15% DESCONTO de sobre os preços em vigor, em todos os serviços (banhos relaxantes, massagens terapêuticas, acupuntura e outras terapias alternativas). Pacotes de serviços com um preço especial. Para marcações contactar: Vanessa
Telefone: 217 157 010
Telemóvel: 917 448 484
www.nipon-terapias.com

IMPRESA

DESCONTOS DE 30 E 45% na assinatura anual e bianual, respectivamente, nas publicações *Visão*, *Expresso*, *Exame*, *Jornal de Letras*, *Courier Internacional*, *Activa* e *Exame Informática*.
www.imprensa.pt

Europcar

10% DE DESCONTO na tarifa promocional nas viaturas de passageiros, de viaturas comerciais e na tarifa promocional internacional.
Para reservas (contrato n.º 50432483) www.europcar.pt
Tel.: 351 219 407 790
E-mail: reservas@europcar.com

LISBOA CENTRAL PARK

10% DE DESCONTO no alojamento HOTEL LISBOA CENTRAL PARK
Avenida Sidónio Pais, n.º 4
1050-214 Lisboa
E-mail: info@lcpark.com
Tel.: 213 502 060
Fax: 213 526 703

MDL
ESTÚDIOS E PRODUÇÕES

20% DESCONTO pela utilização do estúdio.
www.mdlestudios.com
Para marcações:
Tlm: 934 005 924
E-mail: celiacosta@mdlestudios.com

acp **SER SÓCIO ACP É TER: Médico**

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL em casa por 10 €, mecânicos aptos para assistir a viatura no local, técnicos de assistência ao lar, escola de condução com elevada taxa de sucesso, apoio jurídico, seguros com as melhores condições do mercado, facilidade para tratar de documentação, combustíveis mais baratos, cinema a preços de 2.ª-feira, descontos em parceiros por todo o país e muito mais! **OFERTA: PARA SPAUTORES NA ADESAO AO ACP: ISENÇÃO DE JÓIA E 10% NA 1.ª ANUIDADE.** Vá a uma delegação ACP ou ligue 707 509 510. www.acp.pt

MPO

10% DESCONTO em todos os trabalhos. Fabricantes de CD, DVD, PEN/USB
www.mpo-pt.com
Tel.: 218 592 854
E-mail: geral@mpo-pt.com

Wall Street English

10% DE DESCONTO NA MATRÍCULA E MENSALIDADES (15% no caso de duas ou mais inscrições) e possibilidade de usufruir de 15 dias de Inglês grátis. Extensível a sócios, cooperadores e familiares. Condições válidas até 31 de Dezembro de 2014.
info@wsenglish.pt / 808 204 020

Dias inesquecíveis não têm preço, mas têm desconto.



10%
desconto

Válido para associados da Revista SPA

RESERVAR COM O CÓDIGO:
11210UC9D

PESTANA
LUXURY
HOTELS



 **SPAUTORES**
SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

Millennium
bcp

VALORIZAMOS A CULTURA